



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE LETRAS**

**UM EXERCÍCIO TEÓRICO-METODOLÓGICO EM SEMIÓTICA: PENSANDO A  
DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS**

Andrey Istvan Mendes Carvalho

RIO DE JANEIRO  
JANEIRO, 2024

ANDREY ISTVAN MENDES CARVALHO

UM EXERCÍCIO TEÓRICO-METODOLÓGICO EM SEMIÓTICA: PENSANDO A  
DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS

Monografia submetida à Faculdade de  
Letras da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Licenciado em  
Letras na habilitação Português-  
Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Souza Gomes.

Avaliador: Ms. Filipe Silva de Pontes.

RIO DE JANEIRO  
JANEIRO, 2024

## CIP - Catalogação na Publicação

C331e Carvalho, Andrey Istvan Mendes  
Um exercício teórico-metodológico em semiótica:  
pensando a desinformação nos meios digitais / Andrey  
Istvan Mendes Carvalho. -- Rio de Janeiro, 2024.  
54 f.

Orientadora: Regina Souza Gomes.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Letras, Licenciado em Letras: Português -  
Literaturas, 2024.

1. Semiótica discursiva. 2. Desinformação. 3. Fake  
news. 4. Teorias da Conspiração. 5. Discursos  
digitais. I. Gomes, Regina Souza, orient. II. Título.

*Ao Mundo e ao seu perfeito  
desequilíbrio entre o sensível e o  
inteligível que nos desafia a cada  
dia;*

*À minha mãe.*

*Aos 702.116 que não estão mais  
aqui, mas que sempre estarão.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIBIC-UFRJ) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela disponibilização e manutenção das bolsas que tornaram grande parte deste trabalho possível;

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIBID-UFRJ) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pela inestimável experiência de fazer parte de um programa tão enriquecedor para minha vivência como futuro docente-pesquisador;

Agradeço à minha amiga e orientadora, Regina, por aceitar um orientando desconhecido no auge de uma pandemia e ter se dedicado para que eu tivesse a crença e a confiança necessárias para que cada uma das ideias aqui presentes viesse à luz;

Agradeço à minha orientadora/palpadeira informal e eterna professora de sintaxe, Maria Eugênia Duarte, por todas as conversas, opiniões, conhecimento, experiência e sabedoria que, a todos os momentos, sempre me buscou transmitir;

Agradeço à Leonor Werneck, por quem tive o prazer de ser coordenado em minha participação no PIBID, aos professores Aytel Fonseca e Márcia Morais, meus supervisores no CEFET-RJ, além de toda a equipe do núcleo, pela amizade, companheirismo e apoio em cada atividade e aprendizado;

Ao corpo docente da Faculdade de Letras e da Faculdade de Educação, com especial carinho aos professores Marcel Amorim e Carlos Alexandre Gonçalves;

À Zunião, grupo de amigos que mantenho desde os tempos do meu ensino fundamental, há mais de 10 anos, um grupo de dois: Isabelle Alves e Allan Melo;

Aos meus queridos amigos, Eduardo Patrick e Vitor Reis, presentes que a vida teve a bondade de me dar ao longo dessa trajetória. Acredito que, sem eles guiando meus surtos e apoiando de todas as formas que pudessem, essa etapa jamais teria se concretizado;

A um grande exército de amigos que, se eu nomeasse um, certamente haveria a injustiça de esquecer outros; mesmo assim, cabe menção honrosa ao Phelipe Gussate, Raphael Zampier, Mycaela Kliske, Carlos Chacon e Cláudio Marques;

Agradeço ao meu leitor crítico, Filipe Pontes, pelo entusiasmo da leitura e avaliação, além dos comentários pertinentes e esclarecedores que tornaram possível o aperfeiçoamento desse trabalho;

Por fim, agradeço a algumas pessoas que fizeram parte da minha vida e que diversas circunstâncias as fizeram não mais estar: Guilherme Nunes, Yago Ramos e Larissa Mesquita.

*Não há nenhuma ideia, por mais antiga  
e absurda, que não seja capaz de  
aperfeiçoar nosso conhecimento. Toda a  
história do pensamento é absorvida na  
ciência e utilizada para o  
aperfeiçoamento de cada teoria.*

- Paul Feyerabend; *Contra o método.*

## RESUMO

O presente trabalho, pautado nos pressupostos teóricos e metodológicos da semiótica discursiva, visa identificar as estratégias de construção discursiva de dois portais de veiculação de conteúdos desinformativos: o portal *Jornal da Cidade Online* e o portal *Jornal Tribuna Nacional*. Para tal análise, foram recolhidas as páginas iniciais dos portais e, por meio de uma análise qualitativa, buscou-se identificar recorrências formais que permitissem esboçar as características proeminentes dos discursos de desinformação. Nesse sentido, estabelecemos uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos de teorias da conspiração e *fake news*, duas práticas discursivas que reunimos sob o rótulo desinformação. Nossas conclusões apontam que a predominância de estratégias sensíveis exerce um papel fundamental na manipulação do enunciatário, assim como a delimitação de um perfil de ator da enunciação que direciona a leitura de tais textos para um regime de confiança que, no limite, atenua o papel dos aspectos inteligíveis desses discursos. Na mesma linha, prospectamos possibilidades de reflexão para a conscientização quanto ao fenômeno da desinformação, ressaltando o que percebemos como uma de suas características marcantes no *corpus* analisado: a semelhança com textos veiculados por instâncias socialmente legitimadas, em especial os veículos de imprensa popular.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
2. OS ASPECTOS TEÓRICOS DA SEMIÓTICA DISCURSIVA .....	10
2.1. O percurso gerativo do sentido .....	10
2.2. O contrato de veridicção e o contrato fiduciário.....	18
2.3. Os estudos sobre o estilo.....	21
2. A DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS .....	24
2.1. Os estudos sobre teorias da conspiração e fake news .....	24
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1. A seleção do <i>corpus</i> .....	31
3.2. Procedimentos de análise.....	32
4. INVESTIGANDO A DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS .....	33
4.1. Uma aproximação aos discursos de desinformação.....	33
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50



## INTRODUÇÃO

Se há, hoje, algo que ocupa posição premente nos estudos da linguagem em perspectivas discursivo-interacionais é toda uma classe de discursos e práticas chamadas de desinformação. Esse termo, tradução para o português da expressão inglesa *misinformation*, abarca diferentes fenômenos, ainda a serem completamente compreendidos, em especial dos meios digitais e das medias, caracterizados por uma distorção, reconstrução ou negação de conhecimentos e informações produzidos por instâncias socialmente legitimadas do saber (universidades, imprensa séria, órgãos governamentais etc.). Tal premência se deve, acima de tudo, pelo impacto que tais práticas discursivas apresentam para além do “mundo da linguagem”, com reflexos cada vez mais nefastos em fazeres sociais e políticos, baseando atitudes de preconceito, intolerância e ódio.

Esse impacto, no entanto, não se faz possível em um vazio, ou seja: os discursos não operam em um vácuo e não surgem no mundo por portais. O que veremos no presente trabalho é como, por sua construção discursiva, a desinformação consegue dirigir os sujeitos, usando do estabelecimento de relações de crença e de confiança, a diferentes fazeres pragmáticos odiosos e como, igualmente, consegue dissuadi-lo de outros fazeres, como a compreensão e a empatia. Por outro lado, tão fundamental quanto compreender tais discursos, é compreender estratégias que tornem os leitores-enunciários conscientes quanto a essa manipulação, diminuindo (ou mesmo anulando) sua eficiência. Encontramos, nesse caminho, a outra preocupação fundamental que nosso trabalho se propõe a pensar: como formar, no sentido ampliado do termo, leitores imunes à desinformação? Como conscientizar e tentar minorar, ou mesmo reverter, a posição daqueles sujeitos já engajados?

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos 4 anos (2020, 2021, 2022 e 2023), como parte do projeto “A veridicção discursiva em crise: um olhar semiótico”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Gomes. Ainda que as análises aqui apresentadas tenham um caráter conclusivo, não vemos nelas um valor terminativo. O objetivo central desta monografia é, nesse sentido, demonstrar que as interações enunciativas, em especiais as dos discursos falsos e mentirosos, se baseiam mais no estabelecimento de um regime de confiança que na construção de uma argumentação racional. Como objetivos específicos, visamos a sistematizar o conceito de

desinformação, identificando características comuns da construção veridictória dos textos de fake news e teorias e da conspiração. Nosso trabalho tem por base, assim, uma pergunta fundamental: o que faz com que a desinformação seja posta em circulação de maneira quase idêntica aos discursos de instâncias socialmente legitimadas do saber? Nesse sentido, assumindo uma postura epistemológica pautada pela semiótica, consideramos como hipótese que é a semelhança entre os discursos de desinformação e os discursos de instâncias legitimadas do saber que faz com que a sua circulação seja facilitada. No mesmo sentido, tivemos por hipótese que a manipulação do enunciatário se materializa por meio de uma programação discursiva pautada pelo uso de estratégias sensíveis. Por fim, assumindo que tanto as fake news quanto as teorias da conspiração fazem parte de uma mesma prática discursiva, a desinformação, tivemos por hipótese que os mesmos rasgos de normalidade se apresentam como fatos de estilos em ambos os discursos.

Para dar conta desses objetivos, organizamos este trabalho em quatro capítulos. Em nosso primeiro capítulo, “A desinformação nos meios digitais”, fazemos um balanço dos estudos sobre *fake news* e teorias da conspiração, mostrando as semelhanças que permitem abordar esses discursos de maneira uniforme sob o rótulo de desinformação. Nosso segundo capítulo, “Os aspectos teóricos da semiótica discursiva”, visa a apresentar o aparato teórico-metodológico que serve de base para nossas reflexões e análises, a semiótica discursiva, apresentando o seu dispositivo central, o percurso gerativo do sentido, as categorias do contrato de veridicção e do contrato fiduciário e apontar as possibilidades de estudos sobre o estilo na área. Nosso terceiro capítulo é dedicado aos aspectos metodológicos do trabalho, enquanto nosso quarto capítulo, “Investigando a desinformação nos meios digitais”, apresenta as análises empreendidas.

## 2. OS ASPECTOS TEÓRICOS DA SEMIÓTICA DISCURSIVA

Entendendo, assim, o fenômeno da desinformação como intrinsecamente ligado a práticas e realizações discursivas no contexto social, estabelecemos, no presente capítulo, um *background* teórico para a análise desses discursos. Apresentamos, assim, os pressupostos teóricos da teoria semiótica discursiva, também conhecida como semiótica de linha francesa, em sua versão mais tradicional, pontuando, quando necessários, alguns avanços mais recentes da teoria.

### 2.1. O percurso gerativo do sentido

Sendo uma teoria do discurso pautada numa perspectiva enunciativo-interacional, a semiótica preocupa-se com os processos de significação (Bertrand, 2003). Em outras palavras, tal área caracteriza-se como o estudo que busca compreender os mecanismos pelos quais os diferentes objetos e práticas semióticas constroem-se enquanto portadoras de sentidos. Preocupados, assim, com a problemática do fazer sentido, os estudos na semiótica de linha francesa desenvolveram um aparato teórico-analítico centrado no percurso gerativo<sup>1</sup> do sentido, posteriormente rebatizado como Percurso Gerativo da Significação<sup>2</sup>, ao qual nos referiremos como PGS.

O PGS baseia-se na hipótese de que a significação não é um dado, mas construída através de diferentes operações de construção de significados, sendo, portanto, gerada em diferentes níveis que, atuando em conjunto, dão existência aos objetos semióticos (Greimas e Courtés, 1989). Esse dispositivo, quando em sua criação, buscava dar conta das operações de produção de sentido de uma maneira ainda muito ligada aos estudos linguísticos e etnográficos. Nesse sentido, respondendo ao espírito da época, o foco central de discussão era quanto aos recursos de construção narrativa, de modo que a

---

<sup>1</sup> Em diversos textos (Greimas, 2014; 1975; Greimas e Courtés, 1989), é discutida a relação entre as propostas greimasianas e o empreendimento levado a cabo, principalmente, por Noam Chomsky (exemplarmente exposto por Borges Neto, 2011). As relações que se apresentam, nesse sentido, são mais de admiração que de referência direta, mas ambas as perspectivas compartilham a ideia de os produtos (sejam discursos, sejam sentenças) serem gerados em etapas sucessivas que partem de unidades mínimas e atingem o máximo de complexidade, a partir da qual assumem uma forma fonético-fonológica, na perspectiva chomskyana, ou material, relativa ao plano da expressão na perspectiva greimasiana. Para uma exposição detalhada da perspectiva gerativa em semiótica, cf. Marsciani, 2019.

<sup>2</sup> Não cabe, no presente trabalho, discutirmos essa mudança de perspectiva do sentido para a significação e, por isso, trabalharemos principalmente com o percurso em sua “primeira” versão”. Um excelente trabalho que explica em detalhes o percurso gerativo da significação é o de Bertrand e Estay Stange (2014).

teoria ainda engatinhava na análise de objetos outros. A versão formalizada do PGS, como consta no *Dicionário de Semiótica*, é a seguinte:

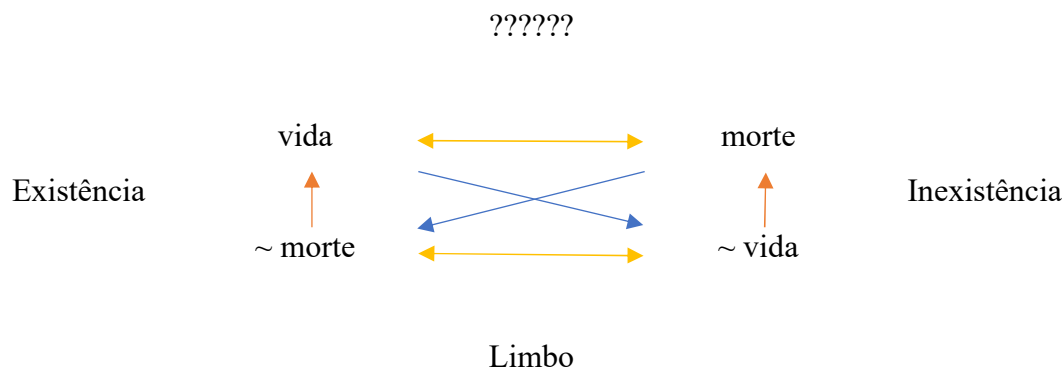
Esquema 1: O Percurso Gerativo do Sentido

PERCURSO GERATIVO			
	componente sintático		componente semântico
Estruturas sêmio-narrativas	nível profundo	SINTAXE FUNDAMENTAL	SEMÂNTICA FUNDAMENTAL
	nível de superfície	SINTAXE NARRATIVA DE SUPERFÍCIE	SEMÂNTICA NARRATIVA
Estruturas discursivas	SINTAXE DISCURSIVA  Discursivização actorialização / temporalização / espacialização		SEMÂNTICA DISCURSIVA  Tematização  Figurativização

FONTE: Greimas e Courtés, 1989, p 209.

Como vemos no Esquema 1, cada nível do PGS possui uma componente sintática e uma componente semântica. A **componente sintática** diz respeito às relações estabelecidas entre as categorias definidas pela **componente semântica**. Trata-se, de certo modo, de dois módulos de construção para cada nível.

A semântica fundamental, por exemplo, define as **categorias elementares** que fazem parte do processo de construção de sentido; p. ex. categoria *vida x morte*. Esses polos da categoria assumem entre si uma relação de **contrariedade**. Nesse sentido, cada termo da categoria pode ser entendido como oposto um ao outro, mas não são em si a negação um do outro. Para isso, torna-se logicamente necessária a projeção de um eixo oposto que se estabelece pela negação dos termos, *não-vida x não-morte*, que assumem uma relação de **contradição** com os termos do outro eixo. Estabelecidas, assim, as categorias da semântica fundamental, a sintaxe fundamental diz respeito às relações entre os termos.

Figura 1: O quadrado semiótico.<sup>3</sup>

FONTE: Elaboração própria.

Nessa Figura 1, as setas laranjas representam as relações de **complementariedade**, enquanto as setas azuis representam as relações de **contradição**. As setas duplas amarelas, por sua vez, representam as relações de **contrariedade**. O eixo de reunião das definições positivas, *vida x morte*, da origem ao que se entende como **termo complexo** que, no português, não possui, no limite do nosso conhecimento, um lexema que o possa representar, enquanto as definições negativas constroem o **termo neutro** que, no exemplo, pode ser representado pelo lexema **Limbo**. A união dos termos contraditórios constrói, assim, uma **dêixis**, de modo que os termos *vida x não-vida* podem ser representados pelo lexema **Existência**, enquanto a *morte x não-morte* pode ser lexicalizada pela **Inexistência**. Esses termos, união de categorias fundamentais, são os chamados **termos de segunda ordem**. Essa estrutura elementar de significação tem sido a base dos estudos em semiótica discursiva e recebe o nome de **quadrado semiótico**, sendo uma das unidades mais básicas de construção dos sentidos.

Parte da semântica fundamental, em suas relações de complementação, contradição e contrariedade, o quadrado semiótico pode explicar a sintaxe fundamental, em suas operações de afirmação e negação. Observemos, nesse sentido, o que já se prenuncia pela orientação das setas, que existe uma espécie de narrativa mínima potencializada nas categorias ali definidas. Assim, por meio das operações de **negação** e de **afirmação**, é possível transitar entre todas as posições do quadrado: negando a *vida* - a *não-vida* -, chegamos à *morte*; negando a *morte* - a *não-morte* -, chegamos à *vida*.

<sup>3</sup> Visando diminuir o número de elementos visuais na figura, optamos por representar a operação de negação por meio do sinal gráfico ~.

É dessa maneira que, no nível das estruturas elementares, são construídas as oposições que servem de base para o discurso<sup>4</sup>. Essa categoria elementar, por sua vez, precisa ser “posta em funcionamento”, de certo modo, já que cada etapa do PGS prenuncia a etapa seguinte. Assim, essa categoria elementar, *vida x morte*, é axiologizada pelas categorias tímico-fóricas (*euforia x disforia; positivo x negativo*), para que se convertam nos chamados **objetos de valor**, parte da semântica narrativa do segundo nível do PGS, o **nível semionarrativo**. Um exemplo interessante de valoração envolvendo as categorias ora abordadas é aquele que caracteriza o período do ultrarromantismo na literatura brasileira: nesse momento literário, a valoração eufórica era atribuída à morte, enquanto a vida representava o polo disfórico da categoria.

O segundo nível do PGS, o das estruturas narrativas, constrói as mudanças de estado apresentadas no discurso. A **semântica narrativa**, como vimos, tem como base central os **objetos de valor**, categorias semânticas nas quais é realizado um investimento valorativo por meio de uma operação de homologação. Essa homologação, no entanto, exige a aparição de uma instância antropomórfica<sup>5</sup> capaz de realizar as operações de reconhecimento e atribuição das categorias fundamentais e compreendê-las como objetos de valor: todo valor investido em um objeto é, assim, valor para alguém. Essa instância é o que, em semiótica, entendemos como **sujeito**. Assim, para a construção de qualquer narrativa, é necessária e suficiente a presença de um sujeito e de um objeto definidos positivamente por meio de uma operação básica, a **junção**, que pode ser vista em seus dois polos: **conjunção x disjunção**. A essa posição formal definida positivamente no nível narrativo, dá-se o nome de **actante da narrativa**. Em outras palavras, o actante pode ser definido como uma posição vazia que ocupa os espaços delimitados por uma operação básica, as funções, e, no caso da operação de junção, delimitam o sujeito e o objeto.

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar, nesse sentido, que ao falarmos de oposições, não entendemos uma exclusão mútua, mas sim uma continuidade que vai de um extremo ao outro dos termos contrários, e que, convertidos num nível superior, ao longo da narrativa, são desenvolvidos de forma mais complexificada. Desse modo, os percursos do nível elementar, as operações de negação e afirmação, podem ser entendidos como operações de implicação, de modo que, no exemplo, a vida implica a negação da morte, da mesma forma que a morte implica a negação da vida. Considerações dessa natureza são mais presentes nos estudos de semiótica tensiva, corrente teórica que será abordada diversas vezes ao longo desse trabalho.

<sup>5</sup> É importante ressaltar, nesse sentido, que ao falarmos de uma instância antropomórfica, não falamos necessariamente de um elemento humano, mas apenas de uma posição formal. Essas posições formais, no nível semionarrativo, são chamadas actantes da narrativa e são, em linhas gerais, o sujeito e o objeto. Ao longo da história da semiótica (cf. Greimas, 1976a), diversas outras categorias se apresentavam, como as de adjuvante, oponente, ainda muito ligados aos estudos de narrativas etnográficas; com o tempo, no entanto, essas categorias foram reduzidas ao mínimo indispensável.

A partir destas relações, mantendo o processo de geração do sentido, é preciso garantir que os movimentos dos níveis “inferiores” repercutam nos níveis “superiores”. Desse modo, no nível fundamental, entendemos como um investimento a homologação entre as categorias tímicas e/ou axiológicas com as categorias semânticas do quadrado semiótico; para o nível narrativo pensamos em **investimentos modais**. Desse modo, no nível narrativo, os actantes são caracterizados por suas relações com as **modalidades**, que se dividem em quatro tipos (Fontanille e Zilberberg, 2001).

As **modalidades potencializantes**, /assumir/ e /aderir/, definem as relações do actante sujeito, instância antropomórfica, com o valor investido nos objetos. Desse modo, elas passam a caracterizar o posicionamento do sujeito frente aos valores, assumindo determinado investimento tímico, i. é, reconhecendo o objeto como eufórico ou disfórico, ou aderindo a determinados juízos axiológicos, i. é, julgando moralmente determinadas categorias. Essa modalização é o que, em linhas gerais, apresenta o sujeito como possibilidade de se inserir sintaticamente na narrativa, sendo essa a primeira etapa da **sintaxe narrativa**. Essa sintaxe diz respeito, assim, as transformações que ocorrem no percurso do sujeito expressas por meio de uma lógica modal. Nessa lógica, o sujeito pode estar conjunto ou disjunto a determinados **valores modais**, sendo a mudança de um estado de disjunção para um estado de conjunção, ou vice-versa, um **fazer transformacional** que dá forma a narrativa.

Assim, p. ex., na abordagem marxista do sistema de produção capitalista, o sujeito deve assumir a alienação<sup>6</sup> como homóloga ao polo disfórico da categoria tímica; de forma direta, a alienação precisa ser assumida como algo ruim. Esse assumir a alienação como algo ruim é o que torna o sujeito uma instância com potencial para exercer **programas narrativos**, ou seja, buscar a mudança do seu estado por meio de determinados fazeres: sendo a alienação uma categoria disfórica, o sujeito precisa executar fazeres que o levem a uma posição disjunta, emancipada. Por outro lado, é possível organizar as mesmas categorias, na mesma situação, homologando a alienação ao polo eufórico da categoria tímica. Desse modo, a alienação seria valorada positivamente, base semântica comum a diversas narrativas religiosas do protestantismo, e teríamos outros fazeres e percursos que, em linhas gerais, poderiam ser lidos como opostos aos vistos na abordagem marxista. Essas diferentes possibilidades de “contar uma

---

<sup>6</sup> Entendemos a alienação no seu sentido marxista clássico, como o afastamento do proletariado dos meios de produção pelas relações do capital que o torna vítima do fetichismo da mercadora e, portanto, um produtor de mais-valia.

mesma história” partindo de diferentes valorações e homologações, desde que mantidas as categorias fundamentais, é o que entendemos por **perspectivação**.

As **modalidades virtualizantes**, /dever/ e /querer/, se apresentam como a segunda etapa da narrativa. Assim, após o surgimento do sujeito como potência, é necessário que algo justifique os movimentos narrativos posteriores. Essa etapa é aquela em que o reconhecimento das homologias estabelecidas no nível fundamental leva a uma espécie de motivação para a ação. Nesse sentido, passa a influir na narrativa uma outra instância, a do actante **destinador**, que direciona o sujeito, que assume a posição de **destinatário**, a /dever/ ou /querer/, modalidades que representam, em linhas gerais, a obrigação ou o desejo de alterar o estado de coisas inicial da narrativa, ou seja, entrar em disjunção com os valores disfóricos/negativos e em conjunção com os valores eufóricos/positivos. O destinador, nesse sentido, busca manipular o destinatário para que ele execute as transformações da narrativa. No nosso exemplo da abordagem marxista do sistema capitalista de produção, o burguês aparece não como destinador, mas como um antidestinador, que impõe ao destinatário o estado de alienação, que se contrapõe ao estado de emancipação que os sujeitos, por meio do conhecimento da história, desejam. Essas imposições surgem, assim, por meio de diferentes estratégias de manipulação que serão exploradas em detalhes na próxima seção.

O /saber/ e o /poder/, modalidades **atualizantes**, são aquelas que, vistas como doações/atributos do **destinador** ao **destinatário**, dão lastro para a realização efetiva das transformações. Assim, para que o fazer possa ser realizado e a transformação do estado das coisas possa ser realizada, é necessária ao sujeito uma competência para realizar tal fazer e a possibilidade de realizá-lo. A modalidade do /saber/ é, assim, a expressão modal da competência cognitiva do sujeito, enquanto a modalidade do /poder/ expressa a permissão ou o impedimento, a efetiva possibilidade de concretizar o fazer. O /saber/ pode ser expresso, assim, por meio de um conhecimento necessário para realizar o fazer, ou de uma memória que torne o sujeito competente (Courtés, 1980), enquanto o poder pode assumir diferentes formas.

Um exemplo que torna essas modalidades mais compreensíveis é o do automóvel: um sujeito assume o local em que está, Uberaba, como disfórico e um outro lugar, Belo Horizonte, como eufórico; um destinador, que pode ser um amigo, manipulando no sentido de /querer ir/ para Belo Horizonte e /dever ir/ para Belo Horizonte, usando como argumentos as possibilidades de emprego, apresentando uma argumentação inteligível; isso, no entanto, não garante que o sujeito realize esse fazer, já que ele precisa



/saber ir/ para Belo Horizonte, ter conhecimento do caminho que leva de uma cidade a outra e saber dirigir um automóvel de uma cidade para a outra, conhecimento doado por um destinador, que pode ser o professor da autoescola, e precisa /poder ir/ para Belo Horizonte, ter as licenças do veículo que tornem a viagem possível, permissão concedida pelo governo, um destinador social.

O /ser/ e o /fazer/, por fim, são entendidos pela semiótica como as **modalidades realizantes**, pois encerram a narrativa servindo de concretização dos fazeres postos ao sujeito e materializando a mudança de estado necessária para o sucesso da empreitada. Essas modalidades estão diretamente relacionadas a chamada **etapa da sanção**. Nessa etapa da narrativa, concretiza-se a validação, por um destinador, do fazer do sujeito. Essa sanção pode ser **positiva**, quando o fazer do sujeito é reconhecido como válido e, portanto, a mudança de estado operada é assumida como legítima, ou **negativa**, quando é negado ao sujeito o reconhecimento do seu fazer. A essa operação de reconhecimento da validade do fazer do sujeito, entendido como performance, dá-se o nome de **sanção cognitiva**. Por outro lado, há também a possibilidade de que, mediante o reconhecimento por parte do destinador da concretização ou não do fazer do sujeito, seja atribuído um prêmio ou um castigo, a doação de um objeto de recompensa ou de uma punição. A esse segundo tipo de sanção chamamos de **sanção pragmática**. A sanção cognitiva, assim, precede logicamente a sanção pragmática. Essa ideia de sanção pode ser melhor compreendida recorrendo as narrativas medievais em que, após realizar um determinado fazer, como resgatar uma princesa, o cavaleiro, sujeito da narrativa, é reconhecido como herói pelo rei e pela população local, tendo o seu fazer sancionado cognitivamente de forma positiva, e entrando em conjunção com um objeto de valor, a recompensa, materialização da sanção pragmática positiva.

O terceiro nível do PGS, o **discursivo**, tem sua semântica construída pelo revestimento dos percursos construídos no nível semionarrativo por **temas e figuras** (Fiorin, 1998). Em nossos exemplos, assim, ao darmos maior materialidade às categorias expostas, acabamos por utilizar temas e figuras, parte da semântica discursiva e o nível mais próximo da materialização textual. Assim, ao falarmos da alienação e da emancipação, discutindo a narrativa marxista sobre o modo de produção capitalista, encontramos aí temas que dão revestimento a uma grande possibilidade de objetos que são alvo de investimentos axiológicos, que funcionam como desdobramento de uma categoria do nível fundamental, **opressão x liberdade**. Assim, a alienação é a tematização dos valores que convertidos da opressão, enquanto a emancipação é a tematização dos

valores derivados da liberdade. Por outro lado, em nossa narrativa sobre o sujeito que se muda de uma cidade para a outra, temos no automóvel uma figurativização da competência do sujeito. Temas e figuras diferenciam-se, assim, pelo nível de abstração no qual se apresentam revestidas as categorias do nível narrativo: temas são, em geral, mais abstratos e conceituais, enquanto as figuras tendem a ser dotadas de maior concretude.

Complementando essas operações, no mesmo nível, como componente sintático, encontramos a **temporalização**, a **espacialização** e a **actorialização**. A temporalização, nesse sentido, diz respeito a organização cronológica das etapas da narrativa, dando um revestimento temporal para as etapas do nível narrativo, enquanto a espacialização diz respeito ao revestimento dos espaços da narrativa. A actorialização, por fim, diz respeito à projeção de atores, categoria semântica, como revestimento das posições actanciais. Fazem parte desse nível, também, duas metaoperações<sup>7</sup> de extrema importância para a construção dos discursos, a **aspectualização** e a **ancoragem**, operação da semântica discursiva. A aspectualização, também objeto de diversos estudos em semiótica, com especial destaque aos de semiótica tensiva<sup>8</sup>, diz respeito a instauração de uma instância subjetiva no discurso (Gomes, 2018). Em outras palavras, a aspectualização é a construção discursiva de um ato de percepção interno ao discurso, podendo recair sobre o tempo, sobre o espaço e sobre a pessoa. Assim, ao falarmos da **aspectualização temporal**, pensamos principalmente nas construções discursivas em que o tempo “parece voar” ou “parece nunca passar”, ou seja, em que ocorrem movimentos de aceleração ou desaceleração das etapas da narrativa; do mesmo modo, recaindo sobre o espaço, a **aspectualização espacial** pode ser responsável por efeitos de abertura e fechamento.

Nesse sentido, as projeções de pessoa, espaço e tempo podem ser concretizadas por investimentos semânticos, produzindo as operações de ancoragem espacial, ancoragem temporal e ancoragem actorial. Essas operações são responsáveis pela construção dos efeitos de verossimilhança (Fiorin, 1996), organizando uma rede de referências a lugares e momentos que fazem parte do universo semiótico comum ao

---

<sup>7</sup> Ainda que não seja uma definição muito presente nos estudos semióticos, entendemos essas duas operações como metaoperações porque elas têm seu funcionamento com base em categorias que já são resultados de outras operações do mesmo nível, o tempo, o espaço e a pessoa.

<sup>8</sup> Não é objeto do presente trabalho uma exposição da semiótica tensiva, mas dada a sua importância inegável para o estudo dos objetos que ora analisamos, é inviável desconsiderar alguns de seus aspectos. Para uma exposição bastante detalhada das categorias tensivas, indicamos a leitura dos trabalhos de Luiz Tatit, principal promotor dessa abordagem no Brasil, em especial seus livros *Passos de semiótica tensiva* (Tatit, 2019) e *Análise semiótica através das letras* (Tatit, 2001).

enunciador e ao enunciatário, da mesma medida em que a ancoragem actorial diz respeito ao revestimento dos actantes por atores que façam parte dos saberes compartilhados entre enunciador e enunciatário. É por meio das operações de ancoragem, assim, que se sai das narrativas de tempos imemoriais para as narrativas do cotidiano, e que se podem pensar em diferenças entre boatos e notícias, entre discursos críveis e incríveis. Na mesma linha, para a conversão do discurso em enunciado, devem ser realizadas as chamadas operações de **debreagem**. Essas operações podem ser entendidas como o “mecanismo em que se projeta no enunciado quer a pessoa (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (lá) do enunciado”. (Fiorin, 2000, p. 41)

Realizadas as operações presentes no PGS, constitui-se o que se entende como o **plano de conteúdo** dos objetos semióticos. Esse plano, em linhas gerais, é apreendido pelo analista quando na análise dos discursos. A análise, nesse sentido, parte do que chamamos de **plano da expressão**, ou seja, da materialidade sensorialmente perceptível (Barros, 2020) dos textos/objetos e que tem sido objeto de intensas investigações por parte dos semioticistas nos últimos anos (Mancini e Gomes, 2020; Lopes, 2018). Assim, quando pensamos em discursos como textos verbais, pensamos num plano de expressão linguístico; se não-verbal, podemos pensar em planos de expressão imagéticos; ou mesmo um plano de expressão sincrético, que reúne diferentes linguagens para a materialização de um discurso, como o cinema, a publicidade ou a poesia digital (Beividas, 2006; Floch, 2000; Gomes, 2015). Essa reunião de um plano de expressão e de um plano de conteúdo, por meio dos **processos de textualização**, dá origem ao **objeto semiótico**, ou texto, de modo que todas as operações apresentadas, do nível elementar do PGS, pelo plano de conteúdo, até as da dimensão cromática do plano de expressão das pinturas, por exemplo, quando operadas em conjunto, constituem o que chamamos **semiose** (Bertrand, 2003; Fontanille, 2019).

## 2.2. O contrato de veridicção e o contrato fiduciário

Construído enquanto objeto semiótico, o discurso passa a assumir a posição de um enunciado. Esse enunciado, assim, projeta também seus actantes: o **enunciador**, que assume o discurso como seu, e o **enunciatário**, que recebe o discurso como objeto. Esses actantes estabelecem entre si relações polemicas ou contratuais que fundamentam a troca

comunicativa. Assim, todo o discurso visa a sua circulação, e guarda em si as condições dessa circulação, de maneira implícita ou explícita, e delimita as características das relações entre os actantes da enunciação. O **contrato fiduciário** é o vínculo intersubjetivo que sustenta a troca comunicativa entre dois sujeitos, que “já se funda assim na fidúcia, que se manifesta em duas versões: a confiança para a relação intersubjetiva, e a crença para a relação sujeito/objeto” (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 264).

É nesse sentido que, afirma Greimas, “não se espera mais do sujeito da enunciação a produção de um discurso verdadeiro, mas de um discurso que gere o efeito de sentido de ‘verdade’” (Greimas, 2014, p. 122). Assim, se não há mais a produção de um discurso verdadeiro, não há mais a produção de um discurso que possa se posicionar incontestemente como o portador da verdade e, desse modo, “não pode haver discurso capaz de estatuir a falsidade dos discursos pretensamente verdadeiros” (Greimas, 2014, p. 122), devendo-se apenas avaliar a adesão ou não dos sujeitos a esses discursos. Entra-se, portanto, num cenário no qual não se pode postular a verdade ou a falsidade de um discurso por qualquer recorrência a uma pretensa realidade exterior à linguagem, sendo o único recurso de confirmação ou refutação o ato em que se avalia a qualidade do seu **dizer-verdadeiro** e a sua capacidade de acionar a adesão dos sujeitos.

É nesse cenário que, como afirma Parret, “o enunciado verídico não é senão o efeito de uma enunciação veridictória” (Parret, 1988, p. 72). Tal enunciação é aceita como tal, lida como tal, acreditada como tal, de modo que “o dizer-verdadeiro é antes um fazer-parecer-verdadeiro, portanto a construção de um discurso cuja função não pode ser o dizer-verdadeiro, mas o parecer-verdadeiro” (Parret, 1988, p. 75). Essa impossibilidade de a construção do discurso centrar-se no dizer-verdadeiro é curiosa, pois torna possível trazer maiores matizes para a relação entre a linguagem e a realidade. Assim, dizer-verdadeiro nada mais é que um fazer crer que o dizer é verdadeiro e, portanto, já inclui em si uma avaliação quanto à verdade do dito que seja pré-concebida, anterior ao dizer. É, no entanto, no ato de dizer que a verdade se constrói e, assim, a noção de verdade deve estar centrada na superfície do dito, no seu parecer, pois é ela que se mostra como acessível.

A avaliação dos discursos como verdadeiros, nesse sentido, se centra fundamentalmente em sua **manifestação**, contra a qual se infere a **imanência**. Essa relação é o que constitui, em linhas gerais, o **juízo veridictório**, ou seja, o reconhecimento ou não de um discurso como verdade, por meio de um confronto entre as modalidades veridictórias, /ser/ e /parecer/. Assim, surge o que se entende por regimes

veridictórios da “verdade (quando parecer e ser coincidem), da dissimulação e do segredo (ser + não-parecer), da simulação e da mentira (parecer + não-ser) e, enfim, da falsidade, que marca uma não-pertinência no interior do discurso considerado (não-ser + não-parecer)” (Bertrand, 2003, p. 434).

Nesse sentido, no que se relaciona à veridicção, dois são os fazeres delimitados pela teoria semiótica. Um deles é o **fazer-persuasivo** do enunciador, que “procura *fazer-criar* por meio de um *fazer-parecer-verdadeiro*. Não se trata de produzir, de criar verdades, mas sim *efeitos de verdade*. O sujeito do fazer persuasivo quer levar seu destinatário a crer que o estado que apresenta parece e é verdadeiro (ou falso etc.)” (Barros, 2001, p. 56). O outro cabe ao enunciatário, enquanto sujeito do **fazer interpretativo**, que sanciona essa produção de um parecer-verdadeiro com base em uma identificação e uma comparação, de modo que “o reconhecimento da ‘verdade’, que até Einstein, inclusive, era definido por sua *adequação* à ‘realidade’ referencial, o é agora pela adequação a nosso próprio universo cognitivo” (Greimas, 2014, p. 131).

Assumir o discurso, portanto, como pertencente a um dos regimes veridictórios é, desse modo, confrontar o que se têm à vista enquanto possível dizer-verdadeiro e fazer um **controle de adequação** ao que já fora assumido como parte de um dos regimes: julgar como /segredo/ pressupõe reconhecer um discurso que se sabe, previamente, exclusivo, já que não há segredo se sabemos que todos sabem; julgar como /mentira/ pressupõe a existência de um conhecimento diferente, potencialmente contraditório, a que já se teve acesso e assumiu-se como verdadeiro, o que permite julgar como enganoso um dizer que parece verdadeiro etc.

Essa assunção se dá pela predominância de determinadas estratégias na construção do discurso. De um lado, as **estratégias sensíveis** visam afetar o outro, de modo que o convencimento se dê pela interação sensível, ou seja, o sujeito manipula os afetos do outro para que, afetado, passe a aceitar os valores e representações veiculadas pelos objetos (Landowski, 1992). Por outro lado, pode ser necessário o uso de **estratégias inteligíveis**, que construam uma racionalidade discursiva aceitável para os padrões estabelecidos pelo outro que, por essa racionalidade, assume os valores (Landowski, 2014). O que entra em jogo nesse exercício de adequação é a crença e a força da crença do sujeito naquilo que já é parte de seu universo cognitivo. Assim, um novo discurso que se apresenta enquanto dizer-verdadeiro, a depender de em qual regime seja julgado, pode alterar o *status* de outro discurso que é parte do universo cognitivo do sujeito. Desse modo, se se reconhece como verdade um discurso que entre em contradição com outro já

pertencente a tal universo, opera-se uma mudança de estatuto epistêmico, de modo que a certeza investida anteriormente no saber prévio torna-se dúvida e, no extremo, negação.

Nesse sentido, Fontanille e Zilberberg (2001, p. 265) afirmam que “o crer é uma das seqüências de um complexo discursivo que compreende também o *conhecer* e o *saber*”. O sujeito, dessa forma, movido por uma curiosidade, ou por simples acaso, trava conhecimento de um discurso, ao qual ele não atribui ainda pertencimento a algum regime veridictório. Ao ter conhecimento desse discurso, ele o acolhe, em certa medida, acessa a ele e converte-o em um saber. Ao saber, o sujeito atribui ao discurso determinada posição no jogo dos regimes veridictórios. Esse complexo conhecer-crer-saber ocorre, pois, antes de afirmar, duvidar, aceitar ou recusar operações do saber, é preciso crer na validade do que é proposto à avaliação. Relembrando as palavras de Greimas (2014, p. 134) “toda comunicação humana, toda tratativa, mesmo que não verbal, está fundada sobre um mínimo de confiança mútua e que ela vincula os protagonistas ao que chamamos de contrato fiduciário”.

Percebe-se, portanto, que ainda que a avaliação operada no ato epistêmico seja em relação ao objeto-discurso que se oferece à avaliação, ela irremediavelmente é influenciada, pois inserida em uma troca comunicativa, pela relação enunciadór-enunciatário, sujeito da enunciação. Assim, ao ato epistêmico, decisão de posicionamento do enunciado em regimes de certeza, incerteza, probabilidade e improbabilidade, influem “dois níveis de funcionamento do ‘crer’ e sua relativa autonomia: crer (ou não crer) *no que diz* alguém é uma coisa; crer (ou não crer) *naquele que diz* alguma coisa é outra” (Landowski, 1992, p. 154).

### 2.3. Os estudos sobre o estilo

Um texto, para a semiótica, se constitui como uma **unidade completa de sentido**, comportando em si, inclusive, as condições de sua aceitação e validade por meio dos contratos pressupostos ao discurso. Essas unidades textuais completas podem ser vistas, pela semiótica, como parte de uma totalidade que a complementa (Discini, 2018). Construído como objeto semiótico, o texto passa a fazer parte das trocas comunicativas que se estabelecem entre os diferentes sujeitos. As trocas comunicativas funcionam levando os objetos semióticos aos níveis das estratégias, práticas, formas de vida, e mesmo da cultura, expandindo as considerações que podem ser feitas sobre os diferentes

níveis do PGS e sobre a significação enquanto fenômeno humano (Fontanille, 2018; Zilberberg, 2016; Fontanille e Zilberberg, 2001).

Nesse sentido, a **programação discursiva** é constituída pela série de escolhas realizadas pelo enunciador na construção do objeto: quais elementos servirão de temas, figuras, atores, qual linguagem servirá à textualização, quais elementos do plano da expressão estarão homólogos aos do plano do conteúdo etc. (Fiorin, 2000). Essas escolhas, assim, visam tornar efetivo o fazer-persuasivo, ou seja, fazer com que os valores e representações que veiculam devem ser aceitos como legítimos. Nesse sentido, por serem frutos de escolhas de um enunciador, elas passam a delimitar a silhueta de um ator da enunciação e constroem um **corpo** para esse ator, uma imagem identificável e recorrente nessas escolhas (Discini, 2009; 2015).

Desse modo, os estudos de estilística discursiva se apresentam como uma busca pelas invariantes que se atualizam em cada texto, pelas marcas de sentido que se fazem presentes em todas as unidades que compõem uma totalidade, o que se entende como **fato de estilo** (Discini, 2009). Em termos semióticos, os estudos em estilística discursiva tratam da identificação de uma **quase-presença** (Discini, 2015) nos discursos. Como aponta Gomes (2015), essa quase-presença se constitui pelos movimentos aspectuais que, recaindo sobre as categorias enunciadas, constroem uma memória do já dito e uma promessa do que virá: um esboço de traços já reconhecidos em outras unidades desta totalidade e uma expectativa dos traços que se farão presentes em outras unidades da mesma totalidade.

Isso, no entanto, não esgota os estudos sobre estilo na área. Ao pensar a enunciação enunciada (Fiorin, 2020), é possível definir que os próprios atores da enunciação apresentam, numa totalidade de textos, um estilo reconhecível<sup>9</sup>. Nesse sentido, o enunciado, como produto da enunciação, instância pressuposta e necessária (Benveniste, 1989), guarda suas marcas, que incluem uma caracterização de um enunciador e de um enunciatário, projetados no texto, que podem ser reconstruídos pela análise. A uma totalidade de textos-enunciados pode-se, assim, prospectar um enunciador comum e um enunciatário comum, que negociam esquemas de valores, papéis e ações ao longo dos textos-enunciados que a compõem enquanto unidades.

---

<sup>9</sup> O estilo também pode caracterizar recorrências quanto aos atores do enunciado. É interessante, nesse sentido, o estudo de Curuchi (2013) abordando as *Helenas* de Manoel Carlos e identificando, a partir de cenas das novelas *Laços de Família* e *Mulheres Apaixonadas*, um estilo que as caracteriza.

É, portanto, possível, na análise de unidades textuais, no plural, prospectar uma unidade enunciativa comum, que perspectiva os textos, valora os valores, sofre os afetos, enfim: um perfil do enunciador (Fontanille, 2014; 2019; Discini, 2015). Esses perfis fazem, igualmente, parte da construção das esferas de circulação dos discursos. Desse modo, se pensarmos em discursos jornalísticos, por exemplo, o estilo de um jornal delimita seu público, como aponta Discini (2009). Considerar, assim, as categorias dos estudos de estilística discursiva mostra-se fundamental para a compreensão das estratégias de construção veridictória dos discursos: a construção desse perfil, nesse sentido, é parte das estratégias de estabelecimento das relações de confiança e de crença. Na desinformação, portanto, o estabelecimento desses perfis é o principal lastro para sua aceitação, como veremos adiante.



## 2. A DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS

A desinformação, muito antes do estabelecimento da internet, já era uma realidade. Nesse sentido, discursos como os das teorias da conspiração circulavam amplamente pelo corpo social, seja em formas quase inofensivas, como as teorias sobre a existência alienígena, até formas mais perigosas que, em linhas gerais, levaram ao estabelecimento de seitas religiosas que consideravam o governo uma representação do demônio na Terra. As teorias da conspiração aparecem, assim, como antecessora direta das fake news e, como buscaremos demonstrar no presente capítulo, não parece haver elementos que justifiquem sua diferenciação.

### 2.1. Os estudos sobre teorias da conspiração e fake news

A consulta a dicionários é uma prática antiga, e de extrema importância, nos estudos linguísticos, em geral, e do texto e do discurso, em específico; não por acaso, diversas áreas, como a semiótica e a análise do discurso, organizaram suas bases teórico-epistemológicas em dicionários. Começamos nosso trabalho, nesse sentido, tentando definir o que são conspirações para que, com essa compreensão estabelecida, possamos entender o que se quer dizer quando se diz “teoria da conspiração”. O primeiro momento de indagação é, obviamente, partir da intuição linguística do falante, em especial quanto à morfologia, e compreender que conspiração é, em linhas gerais, o substantivo que designa o ato de conspirar enquanto resultativo (quando pensamos em usos como “está havendo uma conspiração contra o cristianismo”) ou uma visão abstrata da ideia do verbo (quando pensamos nesse item preenchendo argumentos, como em “o assassinato de JFK foi resultado de uma conspiração”).

Dependendo do dicionário que se consulta, e da definição que se segue para esse verbo, encara-se um problema da recursividade definicional. Assim, encontramos definições de “conspirar” como “planejar uma conspiração para derrubar (um chefe ou poder)” e de conspiração como “ato de conspirar”, na edição de 2013 do Grande Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora. A única definição independente encontrada, nesse sentido, aparece no dicionário Michaelis do Português Brasileiro, que apresenta conspirar como “articular, secretamente, plano para depor alguém (autoridade, chefe, governante etc.) do poder, causar prejuízo a outrem, causar a morte de alguém etc.”.

Essas definições, como podemos notar, estão ligadas a uma ideia de conspirar como executar planos secretos contra autoridades, como o assassinato de Júlio César, para citarmos o mais conhecido. Isso, no entanto, está muito aquém dos usos que esse termo tem tido nos últimos anos. Pensa-se em conspirações ao falar de doenças, como a Covid-19, ao falar da existência de alienígenas, como o Caso Roswell ou, vá lá, o ET de Varginha, até mesmo a ida do homem à Lua pode ser uma conspiração... Apesar disso, os dicionários apresentam um dos ingredientes fundamentais do que constitui as conspirações: o segredo. Assim, sejam as mais tradicionalmente definidas, sejam as mais *avant-garde*, há sempre a noção de que os arranjos que garantem a existência de uma conspiração não são evidentes; em outras palavras, conspirar é um fazer secreto e a conspiração é o conjunto de programas que garante a realização desse fazer. As Teorias da Conspiração (daqui por diante, TdC) aparecem como um desafio a essa ordem secreta, tentando mostrar o que está escondido e, no extremo, impedir a conspiração. Existem, portanto, duas narrativas em jogo: aquela do teórico da conspiração, que se posiciona como aquele que desvela um segredo e tem a obrigação de converter outros a sua causa, e a narrativa que tem como atores os conspiradores, construída pelo teórico da conspiração como a verdade que se deseja esconder por “forças” poderosas que mentem, manipulam e enganam todo o mundo.

Nesse sentido, John Byford argumenta que as TdC se aproximam de formas racionais e legitimadas de produção de conhecimento. Assim, qualificar determinada construção discursiva enquanto conspiratória é muito mais um artifício argumentativo do que, efetivamente, um julgamento sobre a validade do conhecimento ali proposto, já que

a crença em conspirações não é, em si mesma, contrariável, irracional ou fruto de mal-entendidos. Conspirações acontecem o tempo inteiro. [...] Assim, seja qual for o estatuto epistêmico das teorias da conspiração, alegações sobre conspirações são a base de formas de investigação perfeitamente legítimas, incluindo o jornalismo investigativo, o traquejo político e mesmo a historiografia *mainstream* (Byford, 2011, p. 23-24).

Nesse sentido, fica evidente a apontada legitimidade do pensamento conspiratório enquanto estratégia de construção de objetos de saber, já que tanto o discurso da descoberta legítima, quanto das TdC funcionam pela ideia de que desvelam um segredo e dão acesso a uma “nova” verdade. A diferença central, no entanto, é que o discurso científico, e em parte o da imprensa, apresenta um caráter implicativo, ou seja, não se coloca como uma descoberta marcada pela aceleração; a verdade da ciência e da imprensa

investigava se colocam, assim, como átonas, marcadas pelo andamento lento de sua construção. O conhecimento conspiratório, por outro lado, recolhe evidências aleatórias, selecionadas apenas pelo desejo de confirmar um ponto de vista já estabelecido, queimando etapas do raciocínio e acelerando sua construção para que, assoberbado por tantas “evidências”, seu enunciário seja sensibilizado e, portanto, se mostre incapaz de realizar um julgamento racional da validade daquele conhecimento. Nesse sentido, a tipologia proposta por Barkun (2003, p. 6) ajuda a compreender melhor a ordem dos saberes instituídos a que se contrapõem tais discursos. O autor propõe, desse modo, que as conspirações se dividem em três tipos: as de eventos, as sistêmicas e as superconspirações (uma mescla dos outros dois tipos).

No primeiro tipo, as conspirações são limitadas a determinados eventos; em outras palavras, as forças conspiracionistas focam-se em um objetivo muito bem delimitado, sem necessariamente constituírem um grupo sempre instituído. Uma TdC desse tipo seria a de que um grupo de empresários organizou o atentado do World Trade Center<sup>10</sup> para diminuir os preços de ações de companhias do mercado aéreo e elevar o preço do petróleo pela tensão geopolítica gerada. O percurso veridictório desses discursos conspiracionistas, desse modo, parte de um discurso assumido como verdadeiro pela sociedade, por ser produzido por instâncias legitimadas, o de que o atentado de 11 de Setembro foi orquestrado por terroristas islâmicos e propõe que há, neles, apenas uma aparência de verdade e não uma essência que valide esse julgamento, sendo, portanto, uma mentira. Nesses discursos, os terroristas islâmicos não são apenas terroristas islâmicos, mas agentes cooptados por grandes grupos empresariais, de modo que os teóricos da conspiração se colocam na posição de propor um novo discurso que seja a “verdadeira verdade” que, aos olhos da sociedade, não parece verdadeira e é tida por absurda, e não a “mentira” aceita pela sociedade: grandes investidores se aliaram ao grupo terrorista Al Qaeda para cometer atentados visando baixar o preço das ações de companhias aéreas e elevar o preço do petróleo.

---

<sup>10</sup> No dia 11 de Setembro de 2001, 4 aeronaves foram sequestradas no espaço aéreo dos Estados Unidos, no que se tornou o maior atentado terrorista em solo estadunidense na história. Duas aeronaves se chocaram contra as torres do complexo de edifício World Trade Center, na cidade de Nova York, uma se chocou contra o edifício do Pentágono, sede do Departamento de Defesa estadunidense, e uma foi abatida enquanto se dirigia à Casa Branda, sede do Poder Executivo. Foi descoberto, posteriormente, que os atentados foram arquitetados pelo governo iraquiano por meio de financiamento ao grupo terrorista Al Qaeda. Para mais informações, consultar [Ataques de 11 de setembro de 2001 – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataques_de_11_de_setembro_de_2001).

As conspirações sistêmicas, por outro lado, assumem a existência de um grupo conspirador identificável, com objetivos difusos. Assim, grupos delimitados atuam com objetivos como o controle de determinada região ou país, ou mesmo de todo o mundo, ou executar uma espécie de doutrinação cultural, por meio de diferentes fazeres, que constituem um programa político-econômico-ideológico. Um exemplo relevante desse tipo de TdC são os que envolvem um grupo de indivíduos, como o Poder Judiciário, que desejam usurpar funções dos outros poderes, discursos que circularam amplamente no Brasil durante o período da pandemia de COVID-19 diante das decisões judiciais favoráveis às medidas de isolamento social. Assim, as decisões a favor do distanciamento social e da vacinação seriam apenas uma etapa de um “plano maior” que, a cada acontecimento, era alterado: ora a destituição do então presidente Jair Bolsonaro, ora a instauração de uma ditadura comunista, ora o extermínio da população pela obrigatoriedade da vacina, ora destruir a economia brasileira para facilitar a venda de empresas a grupos estrangeiros... Esses discursos, assim, partem de saberes assumidos como verdades, o poder judiciário tomar decisões que contrariavam setores do governo, postulam o segredo: essas decisões judiciais a favor do isolamento social e da vacinação, mesmo que não pareçam são, na essência, maneiras de o Judiciário destruir as liberdades do povo; o Judiciário não parece, assim, tentar dominar o país, mas é o que, na visão dos conspiracionistas, ele estaria fazendo.

Se há situações em que grupos conhecidos agem, secretamente, para alcançar determinados objetivos difusos, como a história mostra que ocorre, essa estrutura também serve de explicação mais ou menos metafórica para diversos fenômenos sociais. As conspirações sistêmicas, nesse sentido, constituem o limiar mais tênue entre as estratégias de formação do conhecimento legítimo e de formação de TdC pois costumam se apoiar no postulado cientificamente legítimo de que a ausência de evidência não é uma evidência da ausência. É interessante, por isso, a revisão feita por Byford (2011, pp. 25-27) de uma polêmica envolvendo os posicionamentos políticos de Noam Chomsky, acusado de promover TdC em seus escritos sobre a relação mídia-governo nos Estados Unidos.

O autor discute, assim, a repercussão da obra “O que o Tio Sam realmente quer?” (Chomsky, 2006), em que Chomsky arrola uma série de acontecimentos históricos em que houve o envolvimento de diversos governos estadunidenses, como o Plano Marshall, a Guerra do Golfo, a Guerra do Vietnã, apontando uma cobertura da imprensa favorável aos posicionamentos dos EUA sem dar espaço ao ponto de vista dos outros grupos envolvidos nos conflitos. Por meio desse apanhado de acontecimentos, fatores e

posicionamentos da mídia, o autor conclui que as ações do governo norte-americano visavam a favorecer grupos empresariais que financiavam campanhas políticas, independente da ideologia, e que, ao mesmo tempo, controlavam os veículos de imprensa para manipular a opinião pública.

Outro caso arrolado, igualmente, pelo autor (Byford, 2011 pp. 35), se refere às próprias noções que baseiam o marxismo enquanto teoria política-sociológica. Assim, a existência de uma classe difusa de burgueses, relida contemporaneamente como imperialistas e grandes capitalistas da tecnologia, dispersos pelo mundo, de diferentes nacionalidades e origens, em diferentes ramos empresariais, que agem sistematicamente, enquanto conjunto, se inserindo em esferas governamentais e midiáticas, para manter o domínio sobre os meios de produção e ampliar a extração de mais-valia é limiar enquanto análise social legítima e TdC. Nesse sentido, ainda que se possam apresentar evidências de ambos os pontos de vista, e argumentar pela sua razoabilidade, existem lacunas de evidência que são preenchidas por relações de confiança, afinidade ideológica, enfim: não há uma evidência cabal de que esses grupos ajam dessa forma, mas também não há uma evidência cabal de que não ajam dessa forma.

Assim, as conspirações sistêmicas apresentam-se como as formas de construção conspiracionista mais comum e, de modo curioso, muitas vezes socialmente legitimada. Esse tipo de conspiracionismo, por ser a categoria mais numerosa de discurso, constitui o que pode ser lido como a base do conspiracionismo enquanto elemento de produção cultural. Desse modo, como aponta Knight (2001), as TdC atuam como base para a construção de diferentes produtos culturais na contemporaneidade, desde séries de televisão a livros e mesmo discursos demagógicos.

Tendo por pano de fundo a crise epistêmica que marca os últimos 50 anos, o autor relaciona a ascensão das TdC a um sentimento de descrença generalizado na sociedade. Nesse sentido, o autor aponta que

a forma da cultura da conspiração mudou, portanto, de uma convicção estrita quanto a um inimigo demonizado em particular para uma cínica e generalizada convicção sobre a onipresença – e até mesmo a necessidade – de forças clandestinas, conspiradoras num mundo em que tudo está conectado (Knight, 2001, p. 3).

Assim, o mundo como um todo, devido a sua complexidade, passa a ser entendido como parte dos regimes do segredo e da mentira, em que tudo o que não aparenta ser, no cerne, é, e tudo que o aparenta ser, no fim das contas, pode não ser, respectivamente. Os

grandes incidentes que marcam a contemporaneidade, nesse sentido, funcionam como acontecimentos que mostram que o absurdo sempre pode ser maior do que aparenta ser, o inesperado pode sempre ser ainda mais inesperado. A saturação, portanto, promovida pela hiperconectividade e pela celeridade das trocas comunicativas, é a marca de uma cultura marcada sempre pelo mais.

De modo não tão inofensivo, circulando junto a outros modos de construção discursiva, como o sensacionalismo, as *fake news* aparecem e são entendidas, originalmente, como “artigos da imprensa que são intencionalmente, e que podem ser provados como, falsos, podendo levar os leitores a má-interpretações [da realidade]” (Allcot e Gentzkow, 2017, p. 213)<sup>11</sup>. Tal fenômeno, no entanto, já se expandiu para muito além dessa abordagem original. Assim, o alcance de tais práticas discursivas dificulta a sua definição, motivo pelo qual tal nomenclatura tem sido rechaçada por teóricos da área da comunicação. Nesse sentido, assim como no caso das teorias da conspiração, qualificar um discurso como *fake news* atua, em muitos casos, muito mais como ferramenta retórica do que, efetivamente, um entendimento sobre sua construção e sua validade.

Esse valor intrinsecamente argumentativo de tais conceitos é que permite, no entanto, a proliferação desses discursos na esfera política: não sendo possível defini-los precisamente, torna-se quase impossível combatê-los de forma efetiva, cabendo mesmo se referir ao discurso que refuta *fake news* como sendo uma *fake news*, a depender do leitor. Mesmo nos círculos acadêmicos, essa imprecisão persiste. Em um artigo de revisão sistemática de literatura, Tandoc, Lim e Ling (2018) encontraram ao menos seis práticas distintas tratadas sob o nome “fake news”: sátiras jornalísticas, paródias, fabricação de notícias, fotomanipulações, jornalismo patrocinado e publicidade jornalística. Kalil Filho (2019, p. 207), por sua vez, apresenta uma definição ampla, pautado principalmente nos estudos de semiótica discursiva, do que pode ser considerado como *fake news*:

todo texto por meio do qual as instâncias tradicionais de mediação de informação e construção ética da verdade são questionadas paralelamente ao uso de estratégias enunciativas de apagamento ou melindre da instância de autoria — o ator da enunciação para a semiótica discursiva.

Essa definição, ainda que bastante coerente, apresenta um desafio, atualmente, no que se refere ao apagamento ou melindre da autoria. Assim, ainda que seja possível que, nas redes sociais, as *fake news* circulem quase anonimamente, de modo que seus

---

<sup>11</sup> Tradução nossa do original: “We define “fake news” to be news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers”.

compartilhadores apresentam a defesa de que acreditavam na verdade daquele enunciado, existem também, e fundamentalmente, as *fake news* são assumidas por sujeitos muitas vezes identificados como porta-vozes de grupos políticos-ideológicos. Assim, diversos portais<sup>12</sup> que se apresentam como portais de notícias, com equipes identificadas, textos assinados, constituindo pessoas jurídicas, assumem a produção e o compartilhamento desses discursos, como os casos que analisamos no presente trabalho. No mesmo sentido, sempre se mostrou uma realidade a interseção entre as *fake news* e teorias da conspiração, de modo que a tipologia proposta por Barkun (2003, p. 6) pode ser perfeitamente aplicável aos discursos de *fake news*. Por esse motivo, reteremos desta definição apenas sua primeira parte e a levamos além das *fake news*, considerando o fenômeno mais amplo da desinformação como *todo texto ou prática discursiva que põe em tensionamento as formas de conhecimento e informação propostas pelas instâncias socialmente legitimadas do saber*.

---

<sup>12</sup> Numa rápida verificação no site da agência de checagem de notícias Aos Fatos, por meio da ferramenta Radar, são vários os portais divulgadores de *fake news*, como “O Republicano”, “MS Conservador”, “Ambiente Legal”, todos constituídos como pessoas jurídicas.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O tensionamento dos discursos de desinformação com as instâncias legitimadas do saber, muitas vezes, se dá por meio da emulação. Nesse sentido, da mesma forma que os veículos legitimados de notícias se apropriam do ambiente virtual por meio de suas páginas oficiais, os propagadores de desinformação parecem adotar a mesma estratégia. Nesse sentido, os sites que promovem a divulgação de *fake news* e teorias da conspiração são cartas marcadas, constantemente derrubados e postos novamente no ar. A busca, assim, é sempre a de se apresentar como uma fonte legítima e confiável de informação para os seus destinatários, sujeitos com os quais compartilham valores e crenças.

#### 3.1. A seleção do *corpus*

É interessante que nossas duas fontes de análise tenham o nome de ‘jornal’. A primeira, *Jornal da Cidade Online* (doravante JCO), é alvo recorrente de campanhas e investigações pela propagação de notícias falsas<sup>13</sup> e ré em mais de 100 processos cíveis, criminais e eleitorais, de acordo com consulta ao site *JusBrasil*; a segunda, *Jornal Tribuna Nacional* (doravante JTN), compromissada com uma “linha editorial conservadora e crítica, em que a pluralidade e o apreço aos fatos que a grande mídia não mostra são as bases de toda a nossa essência”<sup>14</sup>, tem forte presença virtual, em especial na rede social *Telegram*, onde seu canal apresenta mais de 2 mil inscritos. Para as análises empreendidas ao longo da pesquisa, tivemos por base um *corpus* integral de 31 páginas do JCO, e outras 83 páginas do JTN, perfazendo um total de 114 páginas com conteúdo desinformativo. Tomamos por base, para a presente exposição, apenas o salvamento das páginas iniciais dos sites no dia 20/08/2022, primeiro domingo de campanha do primeiro turno das eleições gerais de 2022. Para efeito de comparação, buscamos analisar, também, as páginas iniciais dos mesmos sites no dia 07/01/2024, mas o site *Jornal Tribuna Nacional*<sup>15</sup> teve suas atividades encerradas, fazendo com que a expansão comparativa da análise se estendesse apenas ao veículo *Jornal da Cidade Online*.

---

<sup>13</sup> Conferir matéria publicada no portal UOL, disponível em: [Alvo de CPMI e processos na Justiça, site de fake news com 903 anunciantes perde publicidade após campanha \(uol.com.br\)](#); acesso em: 08/10/2022; às 10:06.

<sup>14</sup> Com a retirada do ar da página do portal *Jornal Tribuna Nacional* (cf. nota 15), não foi possível incluir o link para acesso à página.

<sup>15</sup> Conferir matéria publicada no portal Terra, disponível em: [Site desinformador sai do ar após Justiça mandar apagar mentiras sobre vacinas e Aids \(terra.com.br\)](#); acesso em 07/01/2024, às 23:43.



Cabe justificar, nesse sentido, porque não foi realizada uma seleção de textos verificados por agências de checagem de notícias, já que, nesse caso, poderíamos afirmar se tratar de conteúdos desinformativos com maior segurança. Uma análise nesse sentido foi empreendida como primeira etapa de nossa pesquisa, mas ao longo do tempo, nos deparamos com um problema. Para realizar a verificação das notícias, as agências têm por prática censurar trechos, como o nome dos divulgadores, apresentar tarjas sobre as capturas de tela, diminuir a resolução das imagens, escurecer o texto, ou mesmo estabelecer recortes de trechos específicos para a verificação. Desse modo, fomos nos deparando com uma grande dificuldade de, através das agências, conseguir textos que pudessem ser analisados em sua integralidade.

Outra questão relevante e que cabe ser justificada diz respeito a exiguidade do corpus aqui apresentado, que se compôs, no mais, por uma página inicial do site Jornal Tribuna Nacional e duas páginas iniciais do site Jornal da Cidade Online, e alguns recortes pontuais de páginas. Consideramos que essa exiguidade não diminui o valor representativo do corpus. Nesse sentido, como aponta Landowski (1992), os jornais, de maneira geral, buscam manter uma regularidade em suas construções visando fidelizar seu público, de modo que as mudanças na construção das páginas iniciais dos portais, que se apresentam como jornais, são mínimas ao longo do tempo.

### 3.2. Procedimentos de análise

Estão apresentadas, no presente trabalho, a análise dos elementos que constituem o *corpus* mínimo selecionado, as páginas iniciais dos portais divulgadores de desinformação. Além disso, incluímos recortes de páginas dos portais escolhidos como objeto para caracterizar, de maneira mais precisa, as estratégias argumentativas que identificamos. Buscamos estabelecer uma análise qualitativa, pautada nos pressupostos da semiótica discursiva, envolvendo as categorias expostas em nossa fundamentação teórica. Nesse sentido, dada a complexidade do objeto ora analisado, buscamos tentar estabelecer uma análise pontual de recursos da construção discursiva, pelo plano do conteúdo, e aspectos salientes do plano da expressão dos textos ora considerados.

#### 4. INVESTIGANDO A DESINFORMAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS

Os discursos do meio virtual assumem posição privilegiada no cenário da crise da veridicção, já que, como ressalta Barros (2015, p.19) “a interatividade exacerbada, a longa duração ou permanência dos discursos e a grande extensão de seu alcance comunicacional são características de base dos discursos na internet”, visto que “a internet cria a presença virtual dos interlocutores (e do contexto), que estão na *mesma sala de bate-papo*, que estão *on-line*, que entram e saem da sala, que mostram o espaço em que estão” (Barros, 2015, p. 17, grifos da autora). Além disso, ainda segundo a autora, “predominam, em relação ao ator, os mesmos efeitos de alternância de papéis e reciprocidade entre os interlocutores, próprios da fala *ideal*” (Barros, 2015, p. 17, grifos da autora). Esses aspectos, no entanto, podem ser estendidos para todos os meios de interação digital, inclusive para os sites que ora analisamos.

##### 4.1. Uma aproximação aos discursos de desinformação

A primeira grande constatação a ser feita quanto a esses portais difusores de desinformação é a sua semelhança com páginas de veículos da imprensa séria, no que concerne à diagramação e o modo de organização textual. A página inicial do JCO, nesse sentido, apresenta um link para seus editoriais, divulgação de uma revista ligada ao mesmo grupo empresarial, *links* para redes sociais, além do oferecimento de assinaturas e aplicativos oficiais (ver Figura 2).

Figura 2: Página inicial do portal Jornal da Cidade Online.



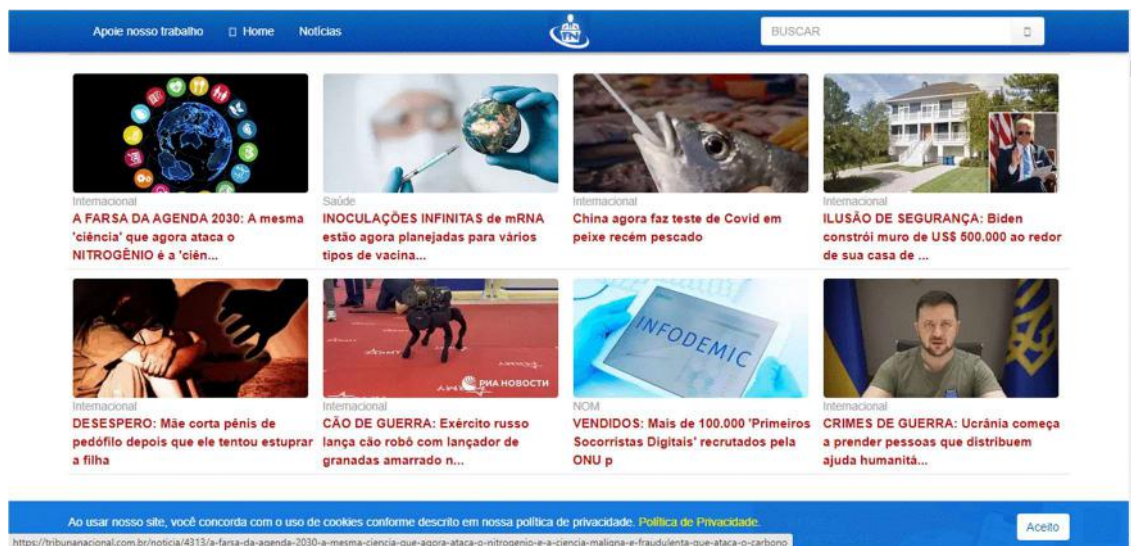
FONTE: Captura da *web*.

A configuração cromática da página, em cores frias sobre um fundo branco, aproxima-se daquela encontrada em portais já tradicionais do jornalismo brasileiro, como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. A configuração topológica, relativa à disposição espacial dos elementos visuais, direciona percursos de leitura semelhantes aos jornais impressos, com as principais manchetes do lado esquerdo e no topo e a leitura prosseguindo à direita e abaixo, construindo uma hierarquia visual já conhecida dos leitores. O uso farto de imagens, acompanhando cada uma das manchetes, estabelece quase sempre relações de redimensionamento, em que “o verbal, tanto quanto o visual, pode preencher silêncios, omissões, reticências, de modo que uma linguagem concretize aquilo que está pressuposto, sugerido ou imaginado na outra” (Gomes, 2008, p. 77): o dedo em riste na fotografia que acompanha a manchete sobre o ex-presidente Lula amplia os sentidos do suposto ataque realizado a padres e pastores, mostrando uma efetiva postura de combate, sugerindo que, para além do ataque retórico, o ator retratado tem disposição para transpor suas falas em atos; o sorriso dos atores, aliados de Lula, que cercam o deputado André Janones, responsabilizado pela “afirmação gravíssima”, constrói um sentido de cumplicidade entre eles que, pelo expresso no verbal, supõe-se

incluir também o ministro Alexandre de Moraes. A extrapolação de conteúdos, nesse sentido, mira fortalecer os “fatos”, denúncias e posturas construídos nas manchetes.

A página do JTN (ver Figura 3), por outro lado, oferece logo de início uma espécie de *menu* com as principais notícias, privilegiando modos de leitura próprios do meio virtual. Assim, a hierarquia das informações é amenizada em nome da construção de uma espécie de painel, numa leitura panorâmica que constrói visualmente a amplitude das informações disponíveis. As fotografias e ilustrações que acompanham as manchetes, nesse sentido, apresentam relações mais diversas, como a ressignificação, transformando o dizer de uma linguagem pelo da outra (Gomes, 2008, p. 78), como na manchete sobre as vacinações de mRNA em que o globo terrestre nas mãos do cientista pronto para ser vacinado, em vez de mostrar a validade da vacinação global, é recolocado como um uso de todo o mundo para experimentos científicos, além do redimensionamento, em que a figura tranquila do presidente Joe Biden é responsabilizada pelo cenário de aumento da imigração ilegal citado na manchete: “ILUSÃO DE SEGURANÇA: Biden constrói muro de US\$ 500.000 ao redor de sua casa de praia, enquanto imigração ilegal atinge recorde”.

Figura 3: Página inicial do portal Jornal Tribuna Nacional.



FONTE: Captura da web.

O que vemos na página inicial do site JCO é um apelo às estratégias de construção da crença apontadas por Barros (2020) como caracterizadoras dos discursos mentirosos na internet. Assim, a gradação da verdade e da falsidade, em que a aceitação de notícias

verdadeiras leva a construção de notícias falsas, parece presente de modo indiscriminado na página: a derrota judicial de Lula, referida na manchete, refere-se a um processo em que solicitava a retirada de redes sociais de postagem que ligavam o Partido dos Trabalhadores à facção criminosa PCC. Assim, ainda que derrota judicial tenha de fato sido noticiada, a reportagem linkada traz apenas uma reprodução das postagens que propõem tal relação, além de apresentar, logo de início, um juízo depreciativo do estado da campanha eleitoral do líder petista: “A situação de Lula e do PT está se complicando nesse início de campanha eleitoral. Tudo começou a dar errado. Eventos esvaziados, desânimo e derrotas judiciais”.

Figura 4: Trecho da reportagem “Lula tem péssimo sábado, com derrota para Bolsonaro no TSE”.



FONTE: Captura da *web*.

O texto da referida reportagem continua, assim, não como um relato da decisão judicial, mas como uma replicação dos textos base da ação, os tweets do ex-presidente Jair Bolsonaro (ver Figura 4). Assim, uma notícia tida por verdadeira, a derrota judicial do presidente Lula, então candidato, esconde uma veiculação de publicidade política e a replicação dos enunciados, falsos, que atribuem uma ligação do presidente Lula com a organização criminosa PCC. A superfície textual, assim, destacando o texto das postagens do ex-presidente, com uma tarja de destaque em cor diferenciada e o uso do negrito, acentua o conteúdo, dando a ele maior relevância e destaque. Desse modo, pouco importa o conteúdo verdadeiro, a derrota judicial, mas sim o conteúdo falso que o enunciador

busca fazer passar por verdadeiro. Na mesma linha, na única citação direta à decisão da juíza, é afirmado que as relações apontadas no tweet do ex-presidente constam em reportagens nunca desmentidas; daí, o enunciador da desinformação busca fazer crer que, por não se ter afirmado a mentira, existe a verdade.

A página do JTN, no mesmo sentido, utiliza-se de diferentes empregos das pessoas do discurso em suas reportagens, intercalando formas em primeira, segunda e terceira pessoa, com efeitos de “aproximação emocional e sensorial entre o destinador, que viu, viveu e sentiu o que está contando, e o destinatário”, além de uma “ilusão de isenção do destinador” (Barros, 2020, p. 19). É praxe, nesse site, que todas as notícias se encerrem com o dizer “Compartilhe esta notícia, muitos precisam despertar para a realidade”, interpelando diretamente o enunciatário. Com esse dizer, o enunciador se mostra como aquele que desvela um segredo ou denuncia uma mentira, qualificando seu enunciatário como um sujeito desperto para a realidade, ciente de uma verdade mais verdadeira, de certa forma, que aquela veiculada pelas instâncias legitimadas do saber e sendo, por isso, digno de confiança. A verdade instituída, desse modo, é negada por ser parte de complôs globalistas, como na manchete “VENDIDOS: mais de 100.000 ‘primeiros socorristas digitais’ recrutados pela ONU para impulsionar a narrativa do establishment”, e são afirmadas falsidades, como a de que essa iniciativa de combate à desinformação promovida pela ONU se trata de uma censura ideológica da internet, numa estratégia já apontada por Barros (2022) em relação aos discursos de TdC.

Figura 5: Outra página inicial do portal Jornal da Cidade Online.



FONTE: Captura da *web*.

Passados mais de um ano, percebemos que pouca coisa mudou no portal *Jornal da Cidade Online* (ver Figura 5). A hierarquia de informações, nesse sentido, constrói um percurso de leitura semelhante aos de veículos tradicionais de imprensa. Ao analisarmos as manchetes, encontramos uma recorrência temática em relação ao visto há mais de um ano. Assim, na primeira página, a esquerda política estava figurativizada por Lula, nesse exemplar não há essa particularização da esquerda encarnada em uma figura. Apesar disso, o ator “velha mídia” surge como elemento difuso, posto em relação ao ator “esquerda”, construindo um ator coletivo sobre o qual é investido o estado de desespero, de grande intensidade. O Padre Júlio Lancelotti aparece, assim, como um meio de estabelecer a ancoragem de pessoa, criando uma imagem identificável para esse ator coletivo, aliado a uma ancoragem espacial, por meio da colocação de um vereador de São Paulo. Estabelece-se, assim, da mesma forma que em relação ao ator Lula na primeira captura analisada, uma espécie de oposição e distanciamento por parte do enunciador, que se apropria da voz do vereador de São Paulo para construir seu enunciado contra a esquerda e a velha mídia.

O senso de urgência presente na manchete “URGENTE: seleção brasileira tem novo técnico” estabelece um recorte temático importante que deve ser ressaltado. Dessa forma, ainda que outras notícias estejam sendo veiculadas, a aspectualização acelerada recai

apenas na notícia sobre a seleção. O uso de caixas altas e a frase curta, nesse sentido, aceleram o dito, dando maior intensidade ao noticiado que, destoando das manchetes que o cercam, hierarquizam conteúdos: a morte do advogado, noticiada acima, e a emoção da policial, noticiada abaixo, não se mostram urgentes, ou ao menos não tão urgentes quanto o novo técnico da seleção brasileira. É nesse mesmo sentido que, no canto superior direito surge outra manchete: “‘Chegamos ao limite’: o desabafo do Capitão Derrite sobre a ‘saidinha’ que matou o Sargento Roger”. Essa manchete, pela actorialização operada, se relaciona diretamente com a do canto inferior esquerdo, “Policial não consegue conter as lágrimas após crime cruel contra sargento”, mas nem mesmo esse conjunto consegue dar destaque suficiente para o noticiado.

O que se materializa, assim, é uma organização que privilegia temas e figuras do campo político. Surge uma espécie de mudança no modo de se divulgarem as notícias nesse tempo transcorrido que vale ser ressaltado. Se, no período eleitoral, o foco principal da desinformação era o ataque político, é possível observar uma ampliação do espaço para a crítica e uma dispersão do que é abordado na página inicial do site. Desse modo, com o decorrer do tempo, por não se tratar mais do período eleitoral, o foco dos ataques se distribui em temas caros aos "jornais" da extrema direita: o tema da segurança pública e valorização da força policial, o tema dos costumes e da moralidade, o apoio às empresas, além da manutenção do tema político e o ataque à esquerda, mas de forma mais difusa e menos centralizada em determinadas figuras. No mesmo sentido, ao divulgar uma *super live* da “verdade” sobre o 8 de janeiro, o enunciador apresenta-se como o detentor de um conhecimento legítimo, que deve ser credibilizado, mas apelando a um recurso de ordem sensível por meio da tonificação presente no adjetivo “super”: é mais que uma *live*, é uma *super live*. Essa *super live*, supõe-se, visa a divulgação de uma “super” verdade, de modo que a maior intensidade do enunciado leva a uma maior adesão por parte do enunciatário, vendo a verdade da *live* como uma verdade revelada.

As duas práticas discursivas analisadas têm, assim, um elemento em comum: o esforço em serem aceitas, apesar de tudo, como verdade. Esse esforço visa reconfigurar os conhecimentos e as crenças dos enunciatários, inculcando valores e certezas ligadas àquilo que o destinador tem por objetivo. Assim, por meio de uma série de atos epistêmicos, tratados pela semiótica como juízos de reconhecimento da verdade de um enunciado e de transformação do estatuto epistêmico de outros enunciados correlacionados (Greimas, 2014), discursos entendidos inicialmente como inverídicos, improváveis de serem verdadeiros (não parecem ser), são pouco a pouco tomados por



certezas pelo enunciatário. A certeza, nesse sentido, é caracterizada por uma posição tônica, em que o sujeito adere a esses conhecimentos de maneira intensa<sup>16</sup>, fechando-se para conhecimentos que possam estabelecer o contraditório. O estabelecimento, portanto, seja da crença ou da confiança visa, em última análise, tornar o sujeito impermeável a outros discursos, assumindo como verdades apenas aqueles condizentes com o esquema de valores proposto pelo destinador-enunciador.

O que vemos na página do site JCO é um esforço de inculcar no enunciatário saberes e crenças que são, caracteristicamente, do campo ideológico da direita. Assim, a religiosidade é exaltada, pela construção de padres e religiosos como vítimas de ataques “absurdos e covardes” por parte de atores “insanos e desesperados”. Carregam-se, nesse sentido, as tintas quanto à caracterização dos atores apresentados no enunciado, em especial a figura do ex-presidente Lula, referido como “meliante” e “ex-presidiário”. Do mesmo modo, a figura de um ator da enunciação que desvela um segredo reaparece.

Na reportagem linkada na manchete “Em afirmação gravíssima, aliado de Lula expõe ativismo judicial e envolve ‘Xandão’” (ver Figura 6), surge aquilo que Hofstadter (1996) caracteriza como o “estilo paranoide” característico das TdC: oferece-se uma interpretação de um tweet do deputado André Janones como sendo a prova cabal de uma conspiração judiciária que envolve atores de esquerda e ministros do Supremo Tribunal Federal, uma superinterpretação no sentido que a dá Umberto Eco (2005).

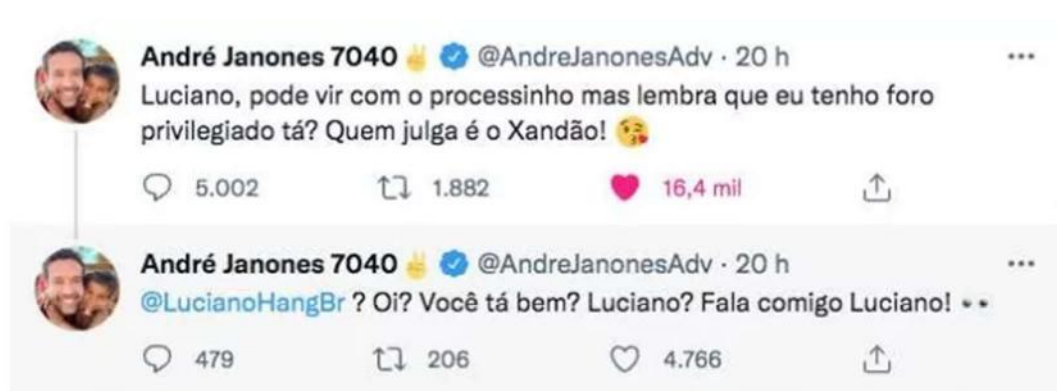
---

<sup>16</sup> Os estudos tensivos em semiótica, aos quais fizemos breve referência em nossa fundamentação teórica, consideram a intensidade como ligada aos afetos e estados de alma do sujeito. Assim, uma grandeza intensa apresenta-se para o sujeito como possuidora de uma carga sensível mais elevada, enquanto seu posicionamento inteligível-racional é mais débil. (cf. Zilberberg, 2011; em especial o capítulo “Das valências tensivas aos valores semióticos”).

Figura 6: Trecho da reportagem “Em afirmação gravíssima, aliado de Lula expõe ativismo judicial e envolve ‘Xandão’”.

Uma publicação do deputado federal André Janones (Avante-MG) voltou a trazer à tona um assunto delicadíssimo na esfera política e jurídica brasileira.

"Luciano, pode vir com o processinho mas lembra que eu tenho foro privilegiado tá? Quem julga é o Xandão!" , escreveu o político que declarou apoio a Lula e tem assumido uma posição de destaque na campanha do petista à presidência da República.



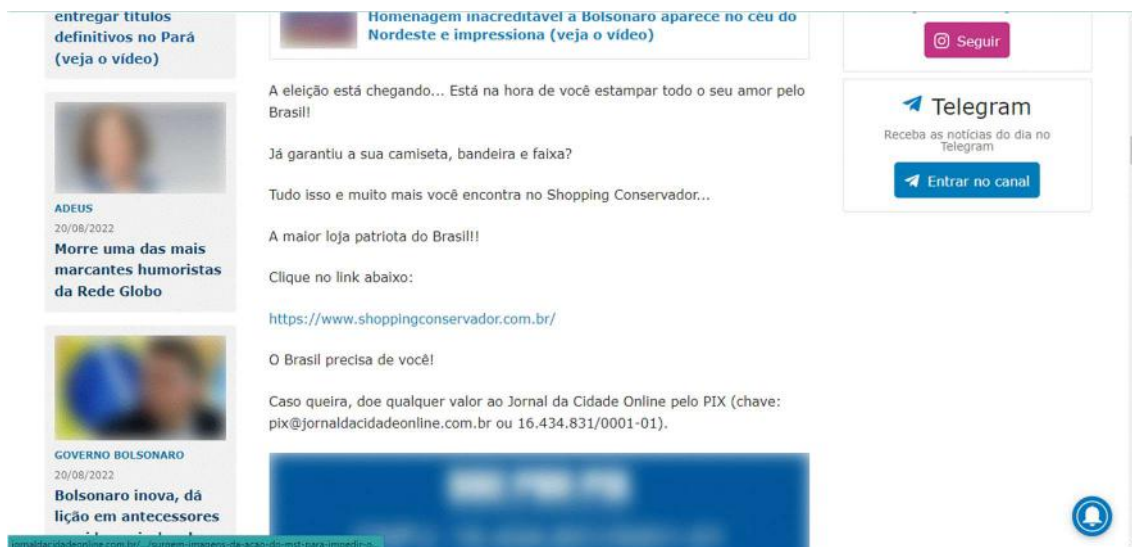
A fala, em que deixa escancarado que sente-se protegido ‘pelo ativismo judicial’ e, ainda mais grave, dá a entender que sairia vitorioso em processos julgados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, é uma grande provocação a todo o sistema.

FONTE: Captura da *web*.

Por meio de um uso intrincado de *debregens* de 1º e 2º grau, feitas com uso intercalado de discursos diretos e indiretos, a voz que denuncia a conspiração confunde-se com a voz dos supostos conspiradores, de modo que a interpretação das falas se confunde com as próprias falas: a acusação torna-se confissão. Assim, ao marcar em seu enunciado a expressão “ativismo judicial” com aspas simples, o enunciador do texto de desinformação busca um fazer parecer que essa expressão é parte do posicionamento do deputado André Janones, ou seja, que o tweet do deputado, ao apresentar o ministro Alexandre de Moraes como Xandão, evidencia haver entre eles um conluio que caracteriza tal prática. O enunciatário, portanto, é levado a crer que aquilo que o

enunciador apresenta como verdade está baseado em fatos e falas fidedignas, de modo que não é o enunciador que denuncia a conspiração, mas os próprios conspiradores que a deixam tornar-se evidente por meio de lapsos. Assim, o uso do adjetivo “escancarado” tonifica o sentido construído no texto desinformativo, já que acentua a interpretação que o enunciador busca construir para o tweet do deputado André Janones.

Figura 7: Fechamento das páginas do portal Jornal da Cidade Online.



FONTE: Captura da *web*.

Uma constante nas páginas veiculadoras de desinformação é, nesse sentido, a tentativa de transpor o limite entre atos cognitivos (instauração de certezas) e fazeres pragmáticos (ações no mundo). Se na página JTN percebemos o pedido para o compartilhamento das notícias apoiado nessa confiança, a situação apresenta-se ainda mais desenvolvida no site JCO (ver Figura 7). Em primeiro lugar, delimita-se de modo mais explícito perfis para o enunciador e para o enunciatário, caracterizados como patriotas e conservadores. Solicita-se desses enunciatários, em seguida, a ostentação de símbolos patrióticos e conservadores e, no fim, faz-se um pedido implícito de doações financeiras.

O que se mostra mais curioso, no entanto, é a frase “O Brasil precisa de você!”, na qual o enunciador esconde-se por trás da figura da nação em seu direcionamento a determinados fazeres, na efetivação de sua tentativa de manipulação. Assim, dois direcionamentos interpretativos se mostram possíveis: o enunciador é quem precisa da

fidelidade do enunciário-leitor e usa da sensibilidade patriótica para causar essa fidelização, num resultado semelhante ao observado por Discini (2009) sobre os usos de estratégias sensíveis pela imprensa sensacionalista; ou o enunciador espera do enunciário uma adesão incondicional aos fazeres direcionados, seja implícita ou explicitamente, já que a instância destinadora aparece como incontestável.

Figura 8: Outro fechamento das páginas do portal Jornal da Cidade Online.

The screenshot shows the top navigation bar of the Jornal da Cidade Online website. It includes links for 'EDITORIAIS' and 'BLOGS E COLUNAS', a search icon, and social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, WhatsApp, Instagram, Telegram, and a plus sign for more. Below the navigation bar, there are three main content areas:

- Left Column:** Two news articles. The top one is titled 'CALOTE' (07/01/2024) with the headline 'Cantora famosa dá calote em empresa de investigação e enfrenta processo judicial'. The bottom one is titled 'POLÍCIA MILITAR' (07/01/2024) with the headline 'Crime cruel e a sangue frio deixa sargento em estado de saúde irreversível (veja o vídeo)'. There is also a notification bell icon and a small profile picture.
- Center Column:** A promotional text for the portal: 'Você quer ajudar o Jornal da Cidade Online? É muito simples, basta seguir a nossa mais nova conta no Tik Tok. Clique no link abaixo:'. It provides a link to the TikTok account: <https://www.tiktok.com/@jornaldacidadeo>. Below this, it promotes a book: 'Quer ganhar um livro sobre o STF, navegar sem publicidade pelo JCO e ter acesso ao conteúdo exclusivo da Revista A Verdade? É muito simples! Basta assinar o PLANO ANUAL do JCO por apenas R\$ 11,99 mensais. Clique no link abaixo:'. It provides a link to the subscription page: <https://assinante.jornaldacidadeonline.com.br/apresentacao>. At the bottom, it promotes another book: 'Outra maneira de apoiar o JCO é adquirindo a obra "O Fantasma do Alvorada - A Volta à Cena do Crime" que revela assuntos proibidos sobre o "sistema". Basta clicar no link abaixo:'. It provides a link to the book page: <https://shoppingconservador.com.br/o-fantasma-do-alvorada-a-volta-a-cena-do-crime/p>. There is also a 'PUBLICIDADE' label and an image of bananas with chocolate spread.
- Right Column:** A large advertisement for a book titled 'Especialista em intestino: "Imploro a todos brasileiros que lavem o intestino com isso"'. It is sponsored by 'Emagrecimento | N...' and includes a link to 'CONSULTE MAIS INFORMAÇÃO >'. The image shows bananas with chocolate spread.

FONTE: Captura da *web*.

O tempo fez seu trabalho também no fechamento das páginas do portal JCO (ver Figura 8), em que uma mudança de estratégia de manipulação do enunciário se faz visível. Assim, se, antes, o apelo a valores patrióticos e conservadores aparecia como o mote da conquista do enunciário e seu direcionamento a determinados fazeres, aqui parece estar em jogo uma espécie de manipulação pela sedução. Nesse sentido, a simplicidade do ato de apoiar o portal é ressaltada, visando convencer ao enunciário de sua competência para esse fazer; em outras palavras, se o apoio é um ato tão simples, é evidente que o sujeito projetado pelo enunciado pode realizá-lo caso queira. A modalização pelo /querer/, portanto, aparece como um já feito, de modo que o acesso a página e a leitura até o fim da “reportagem” funcionam como garantia dessa vontade: se o enunciário acessa a página da reportagem e se dispõe a realizar sua leitura, o

enunciador projeta no enunciatório a disposição de apoiar a página e a concordância com seu conteúdo. A competência do enunciatório é, assim, adquirida não por uma troca comunicativa com um enunciador-destinador, mas por meio de uma memória de fazeres anteriores, como o próprio ato de acessar links, o que antecedente a leitura do texto.

No mesmo sentido, a apresentação de diversas práticas alternativas para estabelecer esse apoio é algo a ser notado. No passado, o apelo patriótico fazia com que a ostentação de símbolos conservadores se colocasse como a única possibilidade de concretizar o fazer; hoje, apoiar o portal pode ser realizado de várias formas. Desse modo, encontra-se uma série de fazeres alternativos que caracterizam diferentes modos de apoio característicos dos meios digitais. O funcionamento é, portanto, semelhante ao visto no portal JTN, em que os fazeres expressos por curtir, comentar e compartilhar são maneiras de ampliar o alcance de página. Desse modo, é uma característica da desinformação, operando por meio de estratégias sensíveis que visem manipular o enunciatório, buscar a ampliação de seu alcance.

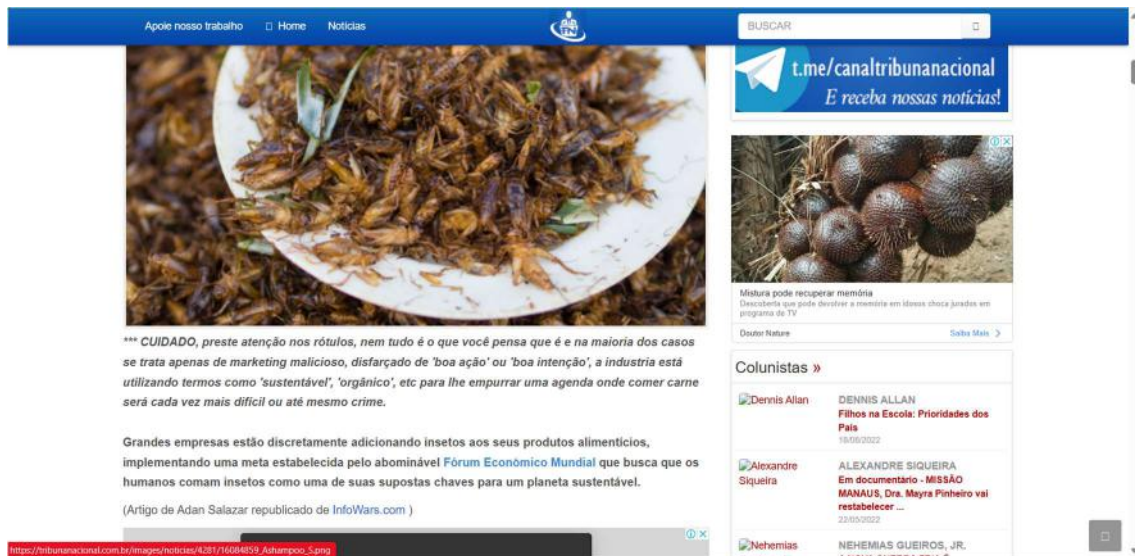
Os recursos da ordem do sensível, nessas práticas, se centram no estabelecimento de uma representação catastrófica da realidade. Esse cenário se dá pela exposição das oposições como uma luta entre o bem e o mal, elevando o nível das relações expostas como uma questão de sensibilidade extrema, sob a qual seja inviável não se posicionar. Assim, no plano da expressão, são notáveis os contrastes de cores, os usos de caixa alta, sinais de pontuação que quebram a ordem natural de leitura, o uso onipresente de imagens hiperbólicas etc.

Figura 9: Trecho de reportagem do site Jornal Tribuna Nacional.



FONTE: Captura da *web*.

Figura 10: Outro trecho de reportagem do portal Jornal Tribuna Nacional.



FONTE: Captura da *web*.

As figuras acima (ver figuras 9 e 10), apresentam grande contraste cromático, com tarjas em cores opostas encimando a página, e uma grande imagem de um prato cheio de gafanhotos. O uso de caixas altas, assim, em determinados itens lexicais, como a forma verbal “VAI”, cria certa instabilidade interpretativa para o enunciado, já que a forma do presente do indicativo e do imperativo do verbo “ir”, nesse sentido, são iguais: a leitura do enunciado apresenta, assim, um tom desafiador, em que o enunciador indaga enfaticamente o enunciatário como se emulando uma ordem. No mesmo sentido, na legenda da imagem, podemos ver o uso de asteriscos para dar ainda mais destaque à palavra “CUIDADO”, já escrita em caixa alta. Assim, toda a superfície visual da página busca criar um efeito de exacerbação que impressione o enunciatário.

Quanto à construção inteligível desses discursos, é importante notar a recorrência de recursos típicos das mídias já socialmente estabelecidas, como o jornalismo. Assim, o uso da intertextualidade para a construção de uma credibilidade é constante, seja citando órgãos de imprensa ou apresentando informações de “fontes”. No entanto, esses usos são sempre cercados de descontextualizações, ressignificando os elementos retomados de forma perniciososa, visando enganar o enunciatário para a aceitação daquela representação do mundo, tornando-a plausível.

Figura 11: Trecho de reportagem do portal Jornal da Cidade Online.



FONTE: Captura da *web*.

Na figura acima (ver figura 11), trecho da reportagem intitulada “Eduardo Cunha refuta decisão de Fux e reafirma que vai sim, disputar a eleição”, percebemos a relação intertextual estabelecida pela colocação no enunciado da nota da banca de advogados responsável pela defesa de Eduardo Cunha, algo comum em veículos de imprensa, mas fazendo ler nisso uma refutação da decisão referida e a continuidade da campanha eleitoral do ex-deputado. Cria-se, assim, por meio da distorção dos dizeres do outro uma espécie de realidade paralela, onde a legitimidade da banca de advogados se mostra maior que a legitimidade do ministro do Supremo Tribunal Federal.

O que observamos em nosso cotidiano, desse modo, é o uso de tais discursos como meio de engajar de modo sensível um enunciatário, visando a reconstrução paulatina de seu sistema de crenças. Assim, a hiperexposição a tais conteúdos faz com que os sujeitos virtualizem valores e saberes que, quando retomados e atualizados como competências, já trarão em si a possibilidade de engajamento. Nesse sentido, o reconhecimento e a aceitação da legitimidade daquele ator político que se apresenta como um destinador seja, ao menos em tese, mais facilmente aceita.

## CONCLUSÃO

Os discursos de *fake news* que circulam nos meios virtuais partilham de recursos comuns a outros discursos já socialmente legitimados. O caráter catastrofista e extremista desses textos, em certa medida, retoma a antiga tradição dos discursos dos teóricos da conspiração, que assumem a humanidade estar em eterno perigo contra inimigos ocultos e poderosos. Assim, criando a noção de um perigo iminente, encontra-se uma aproximação entre esses discursos, o que oferece a possibilidade de os compreender como parte de um único fenômeno: a desinformação. No mesmo sentido, recorrendo a algumas estratégias já legitimadas por certas práticas jornalísticas, como o sensacionalismo e a sátira política, a desinformação amplia as possibilidades de ser “levada a sério” confundindo as condições em que deve ser lida. Cada vez mais imerso nesses produtos, o enunciário ideal desses discursos é levado, pouco a pouco, ao extremismo.

Como aponta Barros (2019, p. 13), os discursos desinformativos são “discursos do ódio e desencadeadores de ações discriminatórias. Daí esse mundo de mentira e de ódio, em que estamos vivendo hoje, e que precisa ser desmascarado pelo ensino-aprendizagem na escola”. Vamos além nas considerações e entendemos que, para além do ambiente escolar, devem ser pensadas estratégias amplas de conscientização quanto ao papel dos discursos desinformativos como motivadores de atitudes e posturas extremistas. Nesse sentido, como vimos, a aceitação dos discursos mentirosos tomados como verdade visa estabelecer uma relação fiduciária em que o sujeito possa ser dirigido a determinados fazeres, qualificando um engajamento. O que esses discursos almejam, em última análise, é movimentar o sujeito de uma posição em que não creia na necessidade de determinados fazeres, uma postura alienada, para uma posição em que esses fazeres se apresentem como obrigatórios e, pela aceleração e tonicidade que marcam esses discursos, mostrem-se como urgentes aos olhos desse enunciário manipulado. Assim, diversos são os desafios que se apresentam para o docente, num entendimento ampliado do que seja educação, para o combate a tais práticas.

O primeiro deles é a desconstrução de parte desse mundo de simulacros em que vivemos. Assim, seja no JCO ou no JTN, há uma imitação visual de veículos das próprias instâncias legitimadas do saber e da informação a que se deve dirigir a atenção. Desse modo, ainda que uma quantidade considerável de semelhanças com veículos legítimos de imprensa, certos rasgos na normalidade de sua construção nos permitem perceber diferenças: a disposição dos parágrafos, a presença excessiva de anúncios pop-up, usos



exagerados de letras maiúsculas e recursos tipográficos não padronizados, como já apontados por Barros (2020). Além disso, no plano do conteúdo, pudemos perceber, a escolha vocabular que expressa posições e julgamentos acentuados, afastando-se do efeito de neutralidade jornalístico, o emprego de expressões grosseiras e agressivas, sem contar as descontextualizações e extrapolações interpretativas. Assim, direcionar a atenção a esses elementos dissonantes é um caminho para a prevenção e desconstrução desses discursos.

O desafio principal se mostra, no entanto, quanto a evitar a passagem da aceitação de um discurso desinformativo para a aceitação indiscriminada de outros, essa sim que dirige os sujeitos ao extremismo e fazeres de ódio. O estabelecimento da confiança, nesse sentido, é que deve ser alvo de combate tanto nos ambientes formais de ensino, quanto nas políticas de conscientização. Assim, mapeando os diferentes recursos de construção da imagem do enunciatário, alguns dos quais aqui demonstrados, mas também mapeados em trabalhos como Gomes (2018; 2019) e Silva (2019), é importante explicitar os esquemas valorativos que propõem os enunciadores, em especial aqueles que, quando aceitam, direcionam posicionamentos extremistas, construindo noções como uma luta do bem contra o mal, sem qualquer permeabilidade a um meio termo e à compreensão e empatia para com o outro.

O desmascaramento dos discursos desinformativos, sejam eles de teoria da conspiração ou de *fake news*, é apenas parte de um grande desafio na formação dos leitores. Por diversos fatores, o conspiracionismo e a desinformação mostram-se como práticas já normalizadas no meio social. Assim, seja pela semelhança que essas práticas discursivas apresentam entre si, a sua relação com diversos produtos culturais, o uso de algumas estratégias de construção comuns aos do sensacionalismo; todos esses fatores tornam esses tipos discursivos ainda mais difíceis de serem combatidos. O trabalho de agências de checagem de notícias, nesse sentido, ainda que fundamental, mostra-se pouco efetivo, visto a desconfiança dos enunciatários desses discursos justamente em relação a sua legitimidade: o discurso ser desmentido reforça os argumentos dos enunciadores pela paranoia já instaurada. É preciso, portanto, formar e conscientizar leitores das mídias digitais sobre modos de produzir leituras não paranoicas. Pela identificação dos esquemas de valores e dos fazeres direcionados pelo enunciatário, é possível mostrar tanto os aspectos que caracterizariam uma má-fé em suas motivações (pela demanda financeira implícita), e mesmo a sua postura de exclusão em relação aos saberes legitimados (pela necessidade de compartilhamento em prol de uma verdade mais verdadeira).

Compreender, por fim, os modos de sensibilização e de estabelecimento da fíducia que permitem, em última análise, a passagem da certeza ao ato, é fundamental para o trabalho docente e campanhas de esclarecimento. Discursos, nesse sentido, ainda que restritos ao mundo da linguagem, e ainda que nossas análises a isso se restrinjam, não estão deslocados de sujeitos “de carne e osso” que agem por crenças discursivamente instauradas. Atentar-se a isso é imprescindível para um trabalho de conscientização eficiente, mesmo porque é isso que permite agir em grupos específicos, que por condições prévias (o conjunto de valores e crenças já consolidadas e pressupostas na interação enunciativa), mostram-se mais suscetíveis à aceitação desses discursos e desses valores. Mostrar aos sujeitos, seja em ambientes formais de ensino ou não, a relação entre o que é dito nos textos e o que isso pode se tornar no mundo extralinguístico se faz urgente para um trabalho de conscientização efetivo. Mentiras e desinformações podem ser feitas de palavras, mas jamais serão apenas isso: serão golpes, serão o ódio, serão a morte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOTT, H; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

BARKUN, M. “The nature of conspiracy belief”. In: \_\_\_\_\_. **A culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**. Los Angeles: University of California Press, 2003. pp. 1-15.

BARROS, D. L. P. D. A complexidade discursiva na internet. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2015. Pp. 13-31. DOI: <https://doi.org/10.21709/casa.v13i2.8028>.

BARROS, D. L. P. de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 2, p. 1-14, dezembro de 2019.

BARROS, D. L. P. de. Contrato de veridicção: operações e percursos. **Estudos Semióticos**, v. 18, n. 2., p. 23-45, agosto de 2022.

BARROS, D. L. P. de. Fake news e as anomalias. **VERBUM**, v. 9, n. 2, p. 26-41, set. 2020.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 3ª. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria semiótica do texto**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

BEIVIDAS, W. **Semióticas Sincréticas** (o cinema): posições. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas/SP: Pontes, 1989.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Tradução do Grupo CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

BERTRAND, D.; ESTAY STANGE, V. “Reflexões sobre a perspectiva gerativa em semiótica”. In: CORTINA, A.; SILVA, A. M. da (orgs.). **Semiótica e comunicação: estudo sobre textos sincréticos**. Araraquara/SP: Cultura Acadêmica, 2014. P. 13-22.

BORGES NETO, J. “O empreendimento gerativo”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BYFORD, J. “Towards a definition of conspiracy theories”. In: \_\_\_\_\_. **Conspiracy theories: a critical introduction**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. pp. 20-37.

CHOMSKY, N. **O que o Tio Sam realmente quer?**. Brasília: Editora da UnB, 2006.

CONSPIRAÇÃO. In: **Grande Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora**. Porto: Porto Editora, 2013.

CONSPIRAR. In: **Grande Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora**. Porto: Porto Editora, 2013.

CONSPIRAR. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>.

COURTÉS, J. **Introducción a la semiótica narrativa y discursiva: metodología y aplicación**. Tradução de Sara Varsallo. Buenos Aires: Librería Hachette, 1980.

CURUCHI, J. Z. Duas Helenas de Manoel Carlos: uma perspectiva semiótica do estilo. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 125-134, 2013.

DISCINI, N. **Corpo e estilo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DISCINI, N. O estilo e o ator da enunciação: Greimas na contemporaneidade. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2018. p. 117-132.

DISCINI, N. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura**. São Paulo: Contexto, 2009.

ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, J. L. Duas concepções de enunciação. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2020. p. 122- 137

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

FLOCH, J.-M. **Visual identites**. Nova Iorque: Continuum, 2000.

FONTANILLE, J. **Corpo e sentido**. Trad. Fernanda Massi e Adail Sobral. Londrina/PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2014.

FONTANILLE, J. **Formas de vida**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2018. (e-book)

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Tradução de Jean Christtus Portela. São Paulo: Contexto, 2019.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Waldir Beividas e Luiz Tatit. São Paulo: Humanitas, 2001.

GOMES, R. S. Crise de veridicção e interpretação: contribuições da Semiótica. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 2, p. 15-30, dezembro de 2019.

GOMES, R. S. O enunciatário em poesias digitais. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2015. Pp. 343-369. DOI: <https://doi.org/10.21709/casa.v13i2.8017>.

GOMES, R. S. **Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal**. Niterói: EdUFF, 2008.

GOMES, R. S. Resenha: DISCINI, Norma. Corpo e estilo. São Paulo: Contexto, 2015, 383 p. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 13, n. 1. Jul-2015. p. 249-255.

GOMES, R. S. Um olhar semiótico da atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 14, n. 1., março de 2018, p. 108-116.

GOMES, R. S. Um olhar semiótico sobre a atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. **Estudos Semióticos**, v. 14, n. 1, p. 108–116, março de 2018.

GREIMAS, A. J. **Maupassant: la sémiotique du texte, exercices pratiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1976b.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural: pesquisa de método**. 2ª ed. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1976a.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II: ensaios semióticos**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: EdUSP, 2014.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Tradução de Ana Cristina da Cruz César et al. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1989.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris: Hachette, v. 2, 1986.

HOFSTADTER, R. “The paranoid style in american politics”. In: HOFSTADTER, R. **The paranoid style in american politics and other essays**. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1996.

KALIL FILHO, M. da V. Fake news e democracia: contribuições da semiótica discursiva acerca da verdade e da informação na internet. **Caderno de Letras da UFF**, v. 30, n. 59, pp. 205-219, 2º número de 2019.

KNIGHT, P. **Conspiracy culture: from the Kennedy assassination to The X-Files**. New York: Routledge, 2001.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Pontes, 1992.

LANDOWSKI, E. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

LOPES, I.; SOUZA, P. M. de (orgs.). **Estudos semióticos do plano da expressão**. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

MANCINI, R.; GOMES, R (orgs.). **Semiótica do sensível: questões do plano da expressão**. São Paulo: Mackenzie, 2020.

MARSCIANI, F. Greimas e o desenvolvimento gerativo da imanência semiótica. **Galáxia: revista do programa de pós-graduação em comunicação e semiótica**. Dossiê Especial 2 – Algirdas J. Greimas. 2019, p. 163-173.

- PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- SILVA, L. H. O. da. Interações, leituras e sentidos em tempos de fake news: desafios para a formação de leitores no contexto escolar. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 31-45, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.161838.
- TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, pp. 137-145, 2018.
- TATIT, L. **Análise semiótica através das letras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- TATIT, L. **Passos de semiótica tensiva**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.
- ZILBERBERG, C. **De las formas de vidas a los valores**. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima, 2016. (e-book)
- ZILBERBERG, C. **Elementos de semiótica tensiva**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- ZILBERBERG, C. **Razão e poética do sentido**. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.